

UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE

LAÍS QUINQUIO BENEGA

O EXAME DAS ROTULAÇÕES EM TEXTOS DE OPINIÃO

**São Paulo
2014**

LAÍS QUINQUIO BENEGA

O EXAME DAS ROTULAÇÕES EM TEXTOS DE OPINIÃO

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Presbiteriana Mackenzie como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Letras.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria Helena de Moura Neves

São Paulo
2014

B464e Benega, Laís Quinquo.

O exame das rotulações em textos de opinião / Laís Quinquo Benega. – 2014.

78 f. ; 30 cm.

Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2015.

Referências bibliográficas: f. 75-77.

LAÍS QUINQUIO BENEGA

O EXAME DAS ROTULAÇÕES EM TEXTOS DE OPINIÃO

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Presbiteriana Mackenzie como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Letras.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Maria Helena de Moura Neves (Orientadora)
Universidade Presbiteriana Mackenzie

Prof. Dr. José Gaston Hilgert (Avaliador interno)
Universidade Presbiteriana Mackenzie

Prof.^a Dr.^a Marli Quadros Leite (Avaliador externo)
Universidade de São Paulo

AGRADECIMENTOS

A Deus, fonte de toda sabedoria, pela força e pela coragem que me concedeu, permanecendo a meu lado em todo o percurso desta caminhada.

Aos meus pais, Elza e Luiz, pela inspiração, por minha formação como pessoa, pela compreensão e pelo constante incentivo ao estudo e à carreira acadêmica.

À Prof.^a Dr.^a Maria Helena de Moura Neves, pela dedicação, confiança, disponibilidade, incentivo e paciência diante de tantas dúvidas e incertezas. Certamente não teria chegado ao final desta etapa sem sua incansável insistência em minha capacidade.

Aos colegas de curso que me acompanharam nessa jornada, pelo convívio, apoio e amizade, e também àqueles com quem, mesmo à distância, dividi angústias e alegrias. Agradeço o incentivo de Pamella de Paula, Luciana Ribeiro e Marcelo de Moraes.

Aos professores que tive oportunidade de conhecer, por ensinamentos que ultrapassam os limites acadêmicos. Meus sinceros reconhecimentos aos docentes responsáveis por minha formação na graduação e pós-graduação na Universidade Presbiteriana Mackenzie.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo verificar o uso de estratégias referenciais, especialmente a rotulação, na estruturação de artigos de opinião. Por haver espaço, nesse tipo de texto, para expressão da opinião e de avaliações do autor, analisa-se a atuação da rotulação como estratégia referencial e de coesão argumentativa. Para tanto, o estudo baseia-se na teoria Funcionalista, que vê no uso da língua o objetivo de estabelecer uma comunicação efetiva entre os participantes, segundo a situação de uso, consideradas as determinações sociais ligadas ao contexto de produção. Procurou-se observar semelhanças e diferenças entre os textos da amostra, além das escolhas lexicais mais significativas no contexto. A análise partiu do levantamento dos sintagmas referenciais dos textos, com foco nos sintagmas de núcleo lexical e na possível carga avaliativa presente nesse núcleo. Verificou-se que, entre os sintagmas nominais encontrados, prevalecem rotulações em posição de início de parágrafo, que retomam situações narradas em porções anteriores do texto constituindo termo avaliativo de carga negativa. Percebeu-se, ainda, que os textos apresentavam rotulação com carga avaliativa desde o título, e esse uso pode ativar determinados campos semânticos convergentes com a proposta argumentativa a ser desenvolvida no texto. Há distinção no uso de termos avaliativos em textos de jornalistas e de profissional de outra área, visto que nestes se observa carga avaliativa nas escolhas dos termos predicções e das rotulações. Verificou-se que a rotulação realmente contribui para a condução da linha argumentativa do texto, não apenas por reforçar o posicionamento do autor, mas também por exigir do leitor que, a partir do rótulo de carga negativa, reconstrua o referente a que o rótulo se refere.

Palavras-chave: funcionalismo; referenciação; rotulação; artigos de opinião.

ABSTRACT

This study aims to verify the usage of referential strategies, focusing on the labeling strategy and how it works organizing opinion articles. As there is space, in this type of text, for the author to express his or her opinion or review, there is opportunity to analyze the performance of labeling as a reference and argumentative cohesion strategy. For that, the study is based on the Functionalist theory, which sees in language usage the aim of developing effective communication between speakers, taking into account the production situation, as well as the social determinants related to the production context.

We tried to observe similarities and differences between the sample texts, as well as the most significant lexical choices in the context. The analysis started from the search for referential noun phrases on texts, emphasizing the phrases with a lexical core and the possible evaluative meaning present in this core. It was found that there is a large use of labeling on the chosen texts, mainly in paragraph beginnings, working as a negative evaluation term to resume situations narrated in earlier portions of the text. It was also noticed that the texts showed labeling occurrences with evaluative meaning even in the title, and this use may activate certain semantic fields converging with the proposed argument to be developed in the text. There is a difference in the use of evaluative terms in journalists' texts and the ones written by a professional from another area, since in these ones we can observe the choice for evaluative predications terms and labeling. This usage contributes to the conduction of the argumentation, not only to reinforce the author's position, but also to require the reader to rebuild the referent to which the label refers to.

Keywords: functionalism, referentiation, labeling, opinion articles.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
METODOLOGIA	13
1. O DIRECIONAMENTO FUNCIONALISTA DE ANÁLISE	16
1.1. VISÃO GERAL DO FUNCIONALISMO EM LINGUÍSTICA	16
1.2. A VISÃO HALLIDAYIANA DE INTEGRAÇÃO ENTRE SISTEMA E (META)FUNÇÕES	17
2. A REFERENCIAÇÃO TEXTUAL	20
2.1. A NATUREZA DO PROCESSO REFERENCIAL	20
2.2. A PROGRESSÃO TEXTUAL	22
2.3. O SUBTIPO “REFERENCIAÇÃO LEXICAL”	24
2.4. O MECANISMO DE ROTULAÇÃO	26
3. O SINTAGMA NOMINAL COMO SEGMENTO TEXTUAL QUE CONTÉM A REFERENCIAÇÃO	30
3.1. O SINTAGMA NOMINAL E SEU PAPEL DE CONSTRUÇÃO TEXTUAL	30
3.2. A ESTRUTURA DO SINTAGMA NOMINAL	31
3.3. O NÚCLEO REFERENCIADOR DO SINTAGMA NOMINAL	32
3.3.1. A classe dos substantivos	32
3.3.2. A subcategorização dos substantivos	33
3.3.2.1. Substantivos concretos e substantivos abstratos	34
3.3.2.2. Substantivos comuns e substantivos próprios	35
3.3.2.3. Substantivos contáveis e não contáveis	36
4. O ARTIGO DE OPINIÃO NOS JORNAIS	37
4.1. O “GÊNERO” ARTIGO DE OPINIÃO	37
4.2. OS GÊNEROS OPINATIVOS	39
4.3. AS MARCAS LINGUÍSTICAS E A MACROESTRUTURA DO ARTIGO DE OPINIÃO	41
4.4. A IMAGEM DO AUTOR	43
4.4.1. A noção de <i>ethos</i>	43
4.4.2. O <i>ethos</i> no texto opinativo	44
5. ANÁLISE DO CÓRPUS	46
5.1. ANÁLISE	46

5.1.1. Texto 1	46
5.1.2. Texto 2	53
5.1.3. Texto 3	57
5.1.4. Texto 4	61
5.1.5. Texto 5	66
CONSIDERAÇÕES FINAIS	70
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	75
CÓRPUS DE ANÁLISE	78

INTRODUÇÃO

Os textos da área de comunicação social, como os jornalísticos, transmitem ao leitor uma visão da realidade. O jornalismo, em sua essência, se nutre do efêmero, do transitório (MELO, 2004), característica de sua natureza, mas que não impede a análise composicional das produções e a organização metodológica e científica dos tipos de textos que ao jornalismo correspondem.

Parte-se da ideia de que o texto jornalístico procura tratar os fatos narrados com a maior objetividade possível, mas o gênero jornalístico notícia, por exemplo, trata da apresentação de fatos recentes cuja perspectiva, ênfase e detalhamento são de responsabilidade do autor. Ou seja, mesmo em textos de natureza informativa há traços de escolhas particulares, e possivelmente subjetivas.

No que tange aos textos jornalísticos de cunho opinativo, por sua vez, assume-se que o autor explicita seu ponto de vista a respeito de determinado acontecimento ou situação sobre a qual ele resolveu expressar-se. São passíveis de análise as escolhas desse autor para organizar e articular os argumentos que desenvolve, incluindo-se a forma como introduz e retoma sujeitos, ações e situações analisadas no texto.

Nesse sentido, o fenômeno linguístico estudado nesta pesquisa são as estratégias coesivas em textos jornalísticos opinativos, enfatizando-se a referenciação, atividade discursiva tomada como forma de inserção e manutenção de referentes no texto. Entre as estratégias referenciais estudadas, tem foco neste trabalho a rotulação, compreendida como a retomada de um segmento textual operada por um termo categorizador que dá origem a novas predicções. A rotulação, assim, é responsável pela manutenção, sumarização e (re)categorização de segmentos textuais.

Dadas tais características dessa estratégia, aponta-se como objetivo geral da pesquisa verificar se a rotulação tem, efetivamente, papel coesivo determinante na estruturação dos textos opinativos que compõem o corpus: artigos jornalísticos de opinião. Não se pretende diminuir a importância das predicções no desenvolvimento textual da argumentação para a sustentação da estrutura opinativa, mas analisar a participação das rotulações, elementos

coesivos avaliadores, como constituintes organizadores dessa mesma estrutura.

Esta pesquisa tem como base teórica primária a teoria funcionalista, o que se justifica por essa corrente considerar como essencial a análise da competência comunicativa e da comunicação efetiva, levando em conta os recursos ativados pelos participantes para obter maior eficiência na troca comunicativa. Entre as diversas noções desenvolvidas sob essa teoria, duas delas relacionam-se especialmente com esta pesquisa e seus objetivos específicos: a que diz respeito às escolhas mais significativas no contexto de comunicação em detrimento de outras, e a que diz respeito ao relacionamento dessas escolhas com as metafunções da linguagem, ou seja, com o uso da linguagem. No caso da análise aqui desenvolvida, ativa-se especialmente a metafunção interpessoal, pois é fundamental o modo de comunicação entre leitor e autor, neste caso especial em que o autor procura a adesão do leitor às suas colocações.

Consideradas tais perspectivas, parte-se da hipótese de que as escolhas lexicais operadas nas rotulações, nos artigos selecionados, estruturam a rede referencial articulando avaliativamente seus argumentos, inclusive na transição entre segmentos narrativos e argumentativos.

Quanto ao tipo de cópús em análise, o gênero jornalístico artigo de opinião foi escolhido exatamente devido à sua natureza opinativa, na qual o autor naturalmente desenvolve uma linha argumentativa sobre determinado acontecimento ou situação recente, em busca da adesão dos leitores. São textos publicados em jornais voltados a um público escolarizado e bem informado, visto que o objetivo desse gênero jornalístico não é necessariamente informar o leitor, mas levá-lo a uma determinada reflexão e conclusão sobre fatos já correntes na visão da sociedade. Considerou-se, então, a hipótese de que os artigos de opinião seguramente oferecem material para uma significativa análise de expressões avaliativas.

Propõem-se, afinal, como objetivos específicos: (i) verificar regularidades entre os textos – mesmo que representativos de uma simples amostra –, que indiquem a relevância das estratégias referenciais, em especial a rotulação, como articuladoras do texto de opinião; (ii) avaliar possíveis diferenças na composição referencial dos textos, relacionadas à autoria e à empresa de

publicação; (iii) verificar a existência de escolhas mais significativas no contexto de comunicação e a relação dessas escolhas com o uso linguístico, com especial atenção para as metafunções da linguagem, e com foco na metafunção interpessoal.

Quanto à organização do trabalho, apresentam-se inicialmente as etapas metodológicas de pesquisa seguidas de um capítulo com indicação dos principais conceitos teóricos do funcionalismo que servem de base à pesquisa.

No capítulo seguinte, explica-se o mecanismo de referenciação textual, partindo-se de seu estabelecimento nas interações e explicitando a constituição de objetos de discurso e sua participação na construção de cadeias referenciais. Explica-se também como funcionam as diversas estratégias referenciais operadas por sintagma nominal, ou seja, que têm como núcleo um substantivo, com ênfase na explicação do funcionamento da rotulação, fenômeno de especial interesse neste trabalho.

O capítulo seguinte apresenta a estrutura interna do sintagma nominal, segmento textual que contém a referenciação e, por conseguinte, a rotulação. Especificam-se as formas de composição desse tipo de sintagma, enfatizando-se as subclassificações do substantivo, seu núcleo, cuja escolha recai em uma forma ou outra de referência textual.

Em seguida, avaliam-se as principais características relacionadas à natureza e à composição dos textos de opinião, componentes do corpus de análise, com foco nas regularidades e irregularidades que neles podem ser encontradas, o que tem relevância na análise propriamente dita que segue esse capítulo.

Espera-se, então, que a pesquisa obtenha um bom desenvolvimento do estudo sobre referenciação, com ênfase na rotulação, verificando a relevância desse processo na constituição de determinados tipos de textos e as possíveis mudanças de efeitos que se pode operar na interação graças a esse mecanismo.

METODOLOGIA

Expõem-se, aqui, as devidas etapas de pesquisa e análise, além do correspondente aparato de sustentação teórica do trabalho.

Foram consideradas como primordiais para o estudo empreendido as propostas desenvolvidas nos estudos funcionalistas, já citados como embasamento teórico inicial da pesquisa. Por meio de obras como Halliday (1994), Halliday & Matthiessen (2014), Dik (1997) e Neves (1997; 2004) foi possível estabelecer um ponto de vista de análise concernente a uma visão de língua que a considera em seu funcionamento, ou seja, que leva em conta as configurações de produção que resultam em construção de significado e de efeitos.

Acessaram-se também publicações relacionadas a estudos de linguística do texto, principalmente as que enfatizam as operações de referenciação textual, como Mondada (2005) e Koch (2010). Atentou-se para a análise desse processo e dos diferentes mecanismos utilizados para seu estabelecimento, etapa essencial para que fosse possível a identificação e a análise de ocorrências no *córpus* selecionado, os artigos de opinião.

Esse gênero foi escolhido por preencher as características de uma produção planejada e claramente destinada a um público específico (em princípio, leitores reflexivos), fato que condicionaria certas escolhas composicionais. Também influenciou na escolha a natureza desse tipo de composição, que, apresentando porções narrativas e argumentativas, serve-se de ambas com o objetivo central de defender uma posição sobre os fatos apresentados. Por ser um tipo de texto privilegiado quanto à expressão da opinião do autor, o artigo jornalístico de opinião dá espaço para grande quantidade de avaliações e reavaliações de ações, processos, situações e sujeitos, o que se prende fortemente à organização da cadeia referencial do texto.

Na escolha do *córpus*, selecionaram-se textos publicados nas versões *on-line* dos dois jornais de maior circulação no país, *Folha de São Paulo* e *O Estado de São Paulo*. Além dessa seleção, priorizaram-se textos produzidos não apenas por autores essencialmente jornalistas, mas também por autor

especialista em uma determinada área do conhecimento, com base na hipótese de que essa diversidade implicaria diferenças na estruturação dos textos e nos mecanismos referenciais utilizados, com maior abertura para diferentes modos de construção.

Deu-se maior importância aos textos que mostrassem mais características típicas do gênero, de acordo com o que aponta a bibliografia específica, e que não apresentassem ofensas ou termos impróprios, inclusive pela inconveniência de lidar com os argumentos de que eles poderiam vir acompanhados.

Optou-se por proceder à análise do corpus alternadamente à coleta bibliográfica dos dados, buscando-se fazer o levantamento de hipóteses e a confirmação delas pela leitura dos textos e pela reiterada consulta à bibliografia.

A partir daí, estudaram-se detidamente as estruturas responsáveis pela referenciação do tipo lexical (sintagmas nominais) e os elementos que as compõem. Buscaram-se especificações sobre as formas e funções desses elementos em gramáticas como as de Bechara (2006), Neves (2011), Azeredo (2008) e Perini (2010). Optou-se por esse encaminhamento partindo-se da hipótese de que as escolhas dos elementos internos dessas estruturas seriam importantes para a análise do objeto principal de análise neste trabalho, as rotulações.

Também se acessou bibliografia referente à natureza do gênero a que pertence o corpus selecionado, em busca de conhecimento específico, relativo a características estruturais, posicionamento do autor, suporte e produção, acreditando-se que a compreensão dessas características poderia contribuir para a análise da construção de sentidos dentro do texto. Para tanto, foram consultadas obras diretamente ligadas ao universo jornalístico, do qual esse tipo de texto faz parte, como Melo (2003) e Gomes (1992), além de artigos em que se desenvolveram estudos sobre a composição desse tipo de texto, como Bräkling (2006), Cortez (2011), Ohuschi e Barbosa (2011), Uber (2014) e Armañanzas & Noci (1996).

Paralelamente a toda essa pesquisa, a análise do corpus foi sendo processada, e pôde ser alimentada pelos dados encontrados nas obras de apoio teórico consultadas. Pôde-se chegar à confirmação de hipóteses, e à

comprovação de que, no tipo de córpis selecionado, de fato se encontram construções relevantes quanto ao que se objetiva demonstrar, tendo sido possível o apontamento de certas regularidades e irregularidades significativas no processo de construção textual.

1. O DIRECIONAMENTO FUNCIONALISTA DE ANÁLISE

Nesta seção, expõem-se alguns pontos centrais das bases teóricas funcionalistas, que regem este estudo. A teoria prioriza a análise do funcionamento da língua, a comunicação efetiva e a competência comunicativa dos usuários, considerando as estruturas utilizadas na interação como configurações de funções significativas que organizam a linguagem (NEVES, 1997). Por este trabalho ter como objetivo analisar o funcionamento de determinadas estruturas coesivas em textos de grande circulação, essa é a teoria que o pauta. Este capítulo tem como base, principalmente, Halliday (1994), Halliday & Matthiessen (2014), Dik (1997) e Neves (2004).

1.1 VISÃO GERAL DO FUNCIONALISMO EM LINGUÍSTICA

Entre os aspectos que caracterizam essa direção teórica, merece menção especial o fato de que ela defende a existência de uma relação não arbitrária entre o uso da língua (aspecto funcional) e seu sistema (aspecto gramatical), concebendo que não se podem ignorar determinações cognitivas e interacionais de seu uso e seu funcionamento. Assim, o Funcionalismo fixa-se na análise da atividade comunicativa, levando em conta que o falante é responsável pelas seleções no momento da interação e que à gramática cabe organizar as possibilidades de comunicação do falante na interação verbal (NEVES, 2007, p. 16).

Afirma-se, a partir de tais noções, que os estudos empreendidos sob a perspectiva funcionalista analisam os textos levando em conta não apenas sua composição formal, mas sua função comunicativa no processo de enunciação como um todo. Como explica Neves (2004, p. 79), a partir de Dik (1997), a teoria considera especialmente os papéis dos participantes da situação comunicativa, assim como a situação em que esses participantes interagem.

Entre as principais noções que dão base ao Funcionalismo, têm importância para este estudo alguns pontos desenvolvidos em Halliday (1994) e Halliday; Matthiessen (2014), apresentados a seguir.

1.2. A VISÃO HALLIDAYIANA DE INTEGRAÇÃO ENTRE SISTEMA E (META)FUNÇÕES

Halliday (1994) desenvolve seus estudos a partir de uma visão de língua que integra o sistema e as funções comunicativas, tendo em vista que a linguagem interfere na sociedade e a modifica, sendo o instrumento que propicia a efetiva comunicação entre os falantes.

De forma geral, a noção de função, na linguística, diz respeito ao “papel que a língua desempenha para os homens na comunicação de sua experiência uns aos outros” (NEVES, 2004, p. 5). Na teoria de Halliday, a noção de função refere-se ao papel da linguagem na comunicação, atendendo às múltiplas configurações possíveis (HALLIDAY, 1994, p. 34).

A teoria desenvolvida por Halliday (1994) compreende funções intrínsecas e extrínsecas da linguagem e procura mostrar que essas múltiplas funções influenciam a organização do sistema da língua, assim como de nossas necessidades comunicativas. Halliday procura inclusive explicar, em seu texto, a escolha do termo *metafunção* (*metafunction*) quando poderia ser utilizado apenas o termo *função* (*function*). Segundo ele, há uma tradição que relaciona funções da linguagem às noções de propósito comunicativo ou modo de usar a língua, mas essa visão não contribui para a análise linguística propriamente dita. Sua análise, por outro lado, procura mostrar que a funcionalidade é intrínseca à linguagem, ou seja, que a própria organização linguística se faz com base em linhas funcionais. Além disso, o autor aponta que a linguagem se apresenta como é graças à influência das funções linguísticas que foram se desenvolvendo, e o uso do termo *metafunção* sugere que a função é um termo integrante da teoria global (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014).

Ao desenvolver suas noções de metafunções da linguagem, Halliday (1994) institui como metafunção ideacional aquela que ativa a capacidade da linguagem de nomear objetos do mundo, organizando-os em categorias, o que acaba por organizar, por conseguinte, a experiência humana. Essa metafunção conta também com uma subdivisão entre experiencial e lógica (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014).

Nas palavras de Neves (2004), a metafunção ideacional enfatiza uma visão da linguagem como, principalmente, forma de expressão de um conteúdo. Considerando-se essa função, analisa-se como os participantes da atividade comunicativa retratam na língua suas experiências no mundo (NEVES, 2004).

Quanto à metafunção interpessoal, Halliday afirma que, ao mesmo tempo em que se faz uso da linguagem também se estabelecem relações pessoais e sociais com as outras pessoas envolvidas na atividade comunicativa. Nesse sentido, a sentença representa uma proposição, uma afirmação, interrogação, ordem. Diferenciando esta metafunção da anterior, o autor diz que “este tipo de acepção é mais ativo: se a função ideacional da gramática é ‘linguagem como reflexão’, esta é ‘linguagem como ação’”¹ (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014, p. 30, tradução deste autor). Assim configura-se a metafunção interpessoal, visto que é simultaneamente interativa e pessoal.

De acordo com Neves (2004), enfatiza-se nessa metafunção a ação do falante ao usar a linguagem como meio para participar do ato de fala. Através de sua participação, o falante revela posicionamentos pessoais, atitudes e estabelece relações com o que afirma e com os demais participantes, considerados seus papéis sociais.

Por tais razões, e associando-se essas observações ao tipo de texto selecionado para análise, pode-se afirmar que os artigos de opinião mostram, por meio de determinadas marcas deixadas pelo autor, a opinião desse autor sobre determinado fato – ou seja, a interação entre seu mundo interno e externo – assim como a relação que este estabelece com seu leitor, como se

¹ “This kind of meaning is more active: if the ideational function of the grammar is ‘language as reflection’, this is ‘language as action’” (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014, p. 30).

procura mostrar nas análises que constam do capítulo 5. Ou seja, há ênfase na análise daquilo que corresponde à metafunção interpessoal.

Para tratar da terceira metafunção, a textual, Halliday parte do princípio de que toda mensagem é, simultaneamente, sobre determinado assunto e destinado a determinada pessoa. A partir daí, explica que há uma metafunção que diz respeito diretamente à construção da mensagem. Trata-se de uma metafunção facilitadora para as demais, visto que as outras duas só podem entrar em ação se o discurso estabelecido apresentar uma organização textual coesa (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014).

Neves (2004) explica que o texto, nessa visão, é tratado como unidade operacional, pois é por meio da organização das unidades linguísticas que o discurso se efetiva e, assim, emissor e receptor podem interagir. Atenta-se para o fato de que a metafunção textual não diz respeito apenas à organização interna do texto, mas antes à estrutura da frase e à mensagem que veicula, tanto isoladamente quanto no contexto.

A frase, nessa visão, é constituída de duas partes: o tema, mais estático do ponto de vista comunicativo e de baixa informatividade, e o rema ou comentário, que apresenta características opostas (NEVES, 2004). O tema é o elemento que irá orientar a mensagem em seu contexto, no sentido de que o falante escolherá o tema como ponto de partida para que seu interlocutor compreenda sua mensagem. O rema, então, corresponde à parte em que o tema se desenvolve. Ou seja, tema e rema são partes necessariamente integrantes da frase, mas não é preciso que apareçam nessa ordem (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014).

A partir de tais observações gerais, compreende-se que a visão de linguagem compartilhada pelos estudiosos da Teoria Funcionalista diz respeito ao uso da língua com o objetivo de estabelecer uma comunicação efetiva de acordo com os participantes e a situação de uso. O autor dos enunciados procura produzi-los de forma que veicule a mensagem pretendida ao interlocutor, em determinado contexto permeado por diversas determinações sociais.

2. A REFERENCIAÇÃO TEXTUAL

Neste capítulo pretende-se conceituar a referenciação textual, com ênfase no tipo lexical, suas características mais relevantes e alguns conceitos correlatos a ela. Para tanto, tomou-se inicialmente como texto base Neves (2007), que desenvolveu amplo estudo sobre o tema, completando-se, porém, a pesquisa com outros estudiosos.

2.1. A NATUREZA DO PROCESSO REFERENCIAL

A referenciação é um processo de retomada pelo qual se introduzem e se preservam objetos de discurso estabelecidos pelos falantes.

Diversos autores (MONDADA, 2005; NEVES, 2007) mostram que há diferentes correntes teóricas sobre a referenciação, apresentando distinções quanto aos modos de observar tal fenômeno.

Na tradição filosófica, a referenciação se constrói entre o discurso e o mundo, ou seja, ela é avaliada em correspondência com o mundo das ideias. Com o desenvolvimento das ciências, há uma mudança de ponto de vista, e a análise da referenciação passa a estabelecer-se nas interações discursivas e se transforma. Como aponta Marcuschi (2008), os aspectos culturais, situacionais e as experiências dos falantes envolvidos na interação interferem na construção da cadeia referencial. De acordo com Menezes (2009), essa visão da referenciação enfatiza o dinamismo no processo de estruturação da rede referencial do discurso, visto que concebe a realidade construída no e pelo discurso como uma realidade que tem seus itens compartilhados entre os participantes da interação.

A linguagem é vista, então, como lugar de interações sociais, de constituição dos sujeitos envolvidos e dos elementos a que se faz referência. Por essa visão, o texto é considerado um evento comunicativo-interacional cuja constituição envolve, entre outros fatores, o quadro de interação e o contexto

cognitivo dos interlocutores (ELIAS, 2010). Quanto ao estabelecimento das relações referenciais, como afirma Roncarati (2010):

a referenciação é uma construção colaborativa que emerge de práticas simbólicas e sociais: os objetos de discurso podem apresentar modificações sensíveis ao contexto ou ao ponto de vista intersubjetivo, evoluindo na progressão textual à medida que lhe são conferidos novas categorizações e atributos [...] (RONCARATI, 2010, p. 43).

Para o Funcionalismo, o processo de referenciação envolve interação e intenção (DIK, 1997). Nessa proposta, a primeira noção de referência é a que diz respeito, destacadamente, a cada um de dois momentos da operação: a introdução de referentes (modo construtivo) e a identificação de referentes (modo identificador). Este último processo se opera quando um objeto de discurso já foi introduzido e, no decorrer do texto, constroem-se referentes que remetem a esse mesmo objeto de discurso.

Ao estabelecer-se a rede referencial do texto, constroem-se e identificam-se os objetos do universo de interação. Citando Apothéloz e Reicher-Béguelin (1995), Neves (2007) aponta que a montagem de uma rede referencial diz respeito à própria constituição do texto como uma rede em que referentes são introduzidos como objeto de discurso e como tais são mantidos, segundo determinadas estratégias dependentes da formulação textual.

Marcuschi (1999) mostra que a referenciação se estabelece a partir dos elementos do discurso, considerando que nenhuma correspondência com uma situação verdadeira é necessária. Como está em Neves (2007), o importante é a relevância do elemento referido no universo de discurso construído.

Dik (1997, p. 129), retomado por Neves (2007, p. 79), ressalta que os elementos de referenciação “se referem a entidades de algum mundo”, ou seja, a um mundo ou modelo mental. Em outras palavras, numa língua natural as relações referenciais não se definem em termos de um mundo real, mas em termos de algum “universo de discurso” (GIVÓN, 1984 *apud* NEVES, 2006, p. 78), “construído e negociado entre falante e ouvinte, o que permite que se faça referência a entidades existentes no mundo real [...]” (NEVES, 2007, p. 78).

Posto que os falantes constroem um mundo no discurso, eles o elaboram dando maior destaque aos elementos que explicitam seus propósitos comunicacionais (GIVÓN, 1984). Supõe-se que o leitor tenha conhecimentos prévios sobre o mundo tratado no discurso e sobre os elementos identificados

no texto. Então, de acordo com a intenção do autor e a relevância de elementos e agentes envolvidos no texto, diferentes tipos de informações descritivas são veiculados para guiar o leitor na identificação dos referentes e na compreensão de seu sentido construído no discurso.

Elias (2010), em consonância com Givón (1984), afirma que os sujeitos envolvidos na atividade discursiva constroem os referentes pelo próprio discurso, ou seja, tanto a introdução dos objetos de discurso quanto sua manutenção, por meio de modificações semânticas, são escolhas provenientes do posicionamento do autor quanto à realidade que ele pretende trazer para o seu discurso. O produtor do discurso, então, constrói nele uma realidade que o leitor somente pode acessar pelo prisma do autor, que escolheu ativar determinados campos semânticos e categorias mentais em suas categorizações. Estas, ainda segundo Elias (2010), são instáveis e dizem respeito a um certo conhecimento de mundo partilhado entre autor e leitor, para que a correspondência com um mundo mental seja possível a quem acessa o texto.

2.2. A PROGRESSÃO TEXTUAL

Destacam-se, a seguir, formas de inserção e recuperação de referentes no discurso, da maneira como se apresentam para que se criem cadeias referenciais que estruturam coesivamente o discurso.

Na referência textual, deve haver condições que permitam ao ouvinte identificar o referente no discurso quando este aparece, e, para isso, é necessário que as categorias de identificabilidade e acessibilidade sejam satisfeitas no discurso (NEVES, 2007). A acessibilidade demanda uma inferência mais rápida e direta, pois diz respeito, principalmente, ao fato de que a informação requerida já é conhecida do ouvinte (CHAFE, 1996). Os elementos referidos no texto podem apresentar diferentes graus de acessibilidade de acordo com a estratégia do falante de mencionar os referentes em determinada ordem, visto que, por exemplo, os elementos inicialmente apresentados têm maior acessibilidade (TOOLE, 1996, *apud*

NEVES, 2007, p. 88). O acesso ao referente pode ser feito em diferentes graus de ativação dos conceitos, que são: a) conceito ativo (dado, ainda está na memória do ouvinte), b) conceito semiativo (não está em foco, mas é acessível) e c) conceito inativo (novo) (CHAFE, 1996).

De acordo com Roncarati (2010), um conceito ativo é visto, na progressão referencial, como informação dada, ou seja, está no foco de consciência do falante, que espera o mesmo de seu ouvinte. Um conceito semiativo, por sua vez, pode não estar mais no foco de consciência, mas é considerado como informação acessível, que facilmente pode ser passada para um estado ativo. Por fim, um conceito inativo não está no foco de consciência nem em sua periferia; trata-se de informação nova, mesmo que esteja na memória de longo termo do falante, e por isso é necessário maior esforço cognitivo para sua ativação.

Marcuschi (1999) destaca os processos de progressão referencial e progressão tópica como estruturadores da organização textual. De acordo com o autor, enquanto a primeira é responsável por introduzir, manter, modificar e retomar os referentes textuais (de acordo com as estratégias de ativação), a segunda mantém e organiza os tópicos discursivos desenvolvidos no texto. Para que cada tópico seja trabalhado textualmente, é necessário que nele haja manutenção referencial, e a própria presença dos tópicos contribui para a evolução referencial do texto.

Nos casos de retomada (anáfora) ou antecipação (catáfora) por palavra gramatical, como propõe Chafe (1996), podem ser usados como elementos anafóricos e/ou catafóricos os pronomes demonstrativos, os pronomes relativos, alguns advérbios e expressões adverbiais, os verbos *ser* e *fazer*, o artigo definido e o pronome pessoal de terceira pessoa. Pode-se adiantar, aqui, quanto às análises do *cópus* empreendidas, que ocorreram poucos casos de retomada anafórica ou catafórica com uso apenas de palavras gramaticais no sintagma (por exemplo, com um pronome demonstrativo substantivo), e praticamente nenhuma com uso de pronome pessoal de terceira pessoa. Esse dado já é revelador de uma característica fundamental do gênero “artigo de opinião”, que é a preferência pelo uso de retomada por meio de sintagmas cujo núcleo seja composto por substantivo comum, visto que ele permite não apenas manter o referente no foco das

predicações, como também modificar ou acrescentar, semanticamente, os sentidos que o falante pretende atribuir ao objeto de discurso referido.

2.3. O SUBTIPO “REFERENCIAÇÃO LEXICAL”

De acordo com Elias (2010), em termos de referenciação as construções operadas por formas nominais merecem destaque e têm maior relevo no texto, por sua capacidade de desvelar o posicionamento do enunciador em relação aos objetos de discurso inseridos e retomados. Esse é exatamente o foco deste trabalho.

A retomada lexical se constrói com o uso, no núcleo do sintagma nominal, de substantivo que, em relação ao elemento retomado, pode ser um sinônimo (palavra de significação semelhante), um hiperônimo (termo que engloba aquele que é retomado), um hipônimo (termo englobado por aquele que é retomado) ou uma antonomásia (substituição de um nome próprio por um comum e vice-versa) (CHAFE, 1996).

Há casos de retomada lexical com identidade referencial entre o antecedente e sua anáfora, o que constitui a correferenciação, na qual o falante retoma um elemento como “dado” e não apenas “conhecido”. Geralmente, como observa Neves (2007), ocorrem mais casos de anáfora em que não há, necessariamente, esse tipo de identificação. Pode-se afirmar, ainda, que, quanto menores os sintagmas nominais, maior a possibilidade de haver uma relação de correferência. (LEVINSON, 1987; 1991, *apud* NEVES, 2007, p. 93).

Toda expressão referencial opera uma categorização, ou seja, organiza o referente em uma categoria cognitiva reconhecível pelo ouvinte. A escolha por termos neutros, ou não, gera categorizações marcadas ou não marcadas, dependendo da intenção do falante (NEVES, 2007). Com tal recurso, o falante escolhe demonstrar, ou não, seu ponto de vista sobre o objeto do discurso (APOTHÉLOZ & REICHLER-BÉGUELIN, 1995, *apud* NEVES, 2007).

Pode haver, no texto, uma nova categorização do mesmo referente, ou seja, uma recategorização. Assim, os traços semânticos carregados por cada uma serão conjugados para formar, para o ouvinte, um conjunto de

propriedades atribuíveis ao objeto referido. Levando-se em conta que há categorizações compostas de características mais genéricas, enquanto há outras com informações mais específicas (NEVES, 2007), pode-se afirmar que a escolha de uma forma ou outra pode modificar a imagem que se pretende construir do referente em questão.

Entra em foco a consideração do aspecto intersubjetivo da produção do discurso produzido pelo sujeito, que o apresenta por seu ponto de vista e pela escolha de determinado feixe de informações partilháveis entre os dois interlocutores por fazerem parte de um universo discursivo também partilhado. Pode-se acrescentar também a observação de Marcuschi (1999) sobre as escolhas lexicais na rede referencial: a referenciação deve ser tomada como atividade discursiva de negociação e construção de significados, e não apenas como “etiquetagem” de objetos de discurso, ainda mais pelo fato de que todos os referentes são evolutivos no discurso em desenvolvimento, mesmo quando há repetição.

Nesta pesquisa, processos de categorização e recategorização foram recorrentemente encontrados nos artigos de opinião selecionados, principalmente em posição de sujeito e em início de período.

Verificou-se esse uso na articulação entre segmentos narrativos e argumentativos. Sabe-se que esses processos permitem que diversas características do referente sejam acessadas junto com ele e, nos casos estudados, elas vão sendo reveladas e distribuídas ao longo do texto em pontos estratégicos. Tais observações vão no mesmo sentido do que afirma Neves (2007) sobre esses processos:

tanto a categorização com a recategorização podem frequentemente salientar de modo avaliativo a predicação sobre o designado, que vem, então, expresso por um nome semanticamente marcado [...] (NEVES, 2007, p. 118).

A anáfora associativa, outro mecanismo operado por referência lexical, constitui-se como um tipo de anáfora nominal não correferencial, já que referencia um elemento ainda não explicitado, mas que pode ser identificado por via de informações disponíveis. De acordo com Marcuschi (1999), nesse tipo de anáfora as remissões se constroem com base nas propriedades lexicais dos objetos de discurso inseridos e retomados. Assim, como mostra Neves (2007), para que a anáfora associativa se concretize, cabe ao falante/autor

disponibilizar dados suficientes para que o ouvinte/leitor reconheça o elemento referido na situação comunicativa.

2.4. O MECANISMO DE ROTULAÇÃO

Esta subseção conta com subsídios principalmente de Francis (2003) e Conte (2003), que desenvolveram material específico sobre o tema. O mecanismo de referenciação aqui estudado e que tem grande presença no *cópus* é a rotulação, que, na essência, também é um tipo de categorização. Francis (2003, p. 191) a denomina como “coesão lexical dos grupos nominais”, e Koch (2005) define a estratégia como

[...] o uso de uma forma nominal para recategorizar segmentos precedentes ou subsequentes do co-texto, resumindo-os e encapsulando-os sob um determinado rótulo (KOCH, 2005, p. 38).

Ainda segundo a autora, as rotulações podem ser vistas também como anáforas complexas que, diferentemente das anáforas e catáforas usuais, nomeiam referentes textuais genéricos, apesar de compartilharem a função de ativar referentes para o leitor. Dessa maneira, esses referentes são mantidos em foco, e sobre eles são desenvolvidas novas predicções. Como afirma Koch (2005), eles se tornam, assim, novos objetos de discurso que colaboram para a estruturação da progressão textual. Tal afirmação coincide com outra da mesma autora, segundo a qual “os objetos de discurso não se confundem com a realidade extralinguística, mas (re)constroem-na no próprio processo de interação” (KOCH, 2005, p. 33).

Em consonância com a organização de Halliday (1994) das funções da linguagem, às rotulações atribui-se significado interpessoal, tendo em vista que eles contribuem fortemente para o que se chama de “acumulação de significado no discurso” (FRANCIS, 2003, p. 194), já que veiculam uma avaliação sobre predicções que estão em construção.

Seguindo a proposta de Francis (2003), pode-se proceder a uma organização dos rótulos de acordo com a posição de sua ocorrência em relação ao seu referente. Dessa maneira, quando se anuncia o elemento

referenciado, em função semelhante à catáfora, ele é chamado de prospectivo. O rótulo prospectivo permite que o leitor levante hipóteses sobre as informações que serão expostas em seguida, e, por ser foco de informação nova, ele pode ser retomado nos desenvolvimentos seguintes do texto. É possível observar no texto 2 do *cópus* que o sintagma *empresas sujas* atua como rótulo prospectivo, pois ativa no leitor conhecimentos prévios sobre quais características estão sendo consideradas.

O rótulo posposto à sua lexicalização, por sua vez, é denominado “rótulo retrospectivo”, e tem a função de “encapsular ou empacotar uma extensão do discurso” (FRANCIS, 2003, p. 195). Ele se distingue do rótulo prospectivo não apenas por seu posicionamento, mas também por sua atuação: esse rótulo não tem, necessariamente, um grupo nominal exato ao qual se refere, ou seja, cabe ao leitor reconstruir, reconhecer qual extensão do texto ele retoma, interpretá-la e avaliá-la (FRANCIS, 2003). Ainda de acordo com essa autora, o rótulo retrospectivo apresenta importante função de organização textual, empacotando o conteúdo de um tópico e encaminhando o texto para o seguinte, preservando sua continuidade, geralmente em posição de início de parágrafo. Apesar de ser chamado “retrospectivo”, ele funciona em duas direções: “para trás, para encapsular e reintroduzir como dada a situação descrita no parágrafo precedente; e, para frente, para avaliá-la” (FRANCIS, 2003, p. 200). Tal recurso é explorado recorrentemente pelos autores nos artigos de opinião analisados, como no uso do sintagma *a lembrança*, no texto 3 do *cópus*, que resume e encapsula uma sequência de informações, para que, em seguida, sejam feitas afirmações sobre elas como um conjunto.

Conte (2003) analisa a estratégia que chama de encapsulamento anafórico, a qual corresponde basicamente ao rótulo posposto à forma lexicalizada do referente, e apresenta os mesmos princípios e funções. A autora ressalta que esse recurso coesivo conta com um sintagma nominal que atua como paráfrase resumidora de porção precedente do texto, constituindo uma porção que pode ter diversas extensões e diferente complexidade, como um parágrafo ou apenas uma oração.

Ainda segundo Conte (2003), o encapsulamento difere da anáfora tradicional por pelo menos duas razões: os referentes retomados não são indivíduos, mas entidades mais complexas e abstratas, como situações,

processos e fatos; além disso, o referente que não é delimitado no texto precisa ser interpretado e reconstruído pelo leitor para que este compreenda as relações estabelecidas.

Conte (2003) trata dessa estratégia como organizadora do eixo entre informação dada e informação nova no texto, visto que o encapsulador, por um lado, é um novo referente discursivo a ser inserido, mas, por outro, surge baseado em informação já dada no texto. A autora ainda indica a predominância do sintagma nominal com essa função em posição de início de parágrafo, atuando quase como um conectivo ou um subtítulo interpretativo. Quanto à sua estrutura interna, ele apresenta um nome lexical como núcleo de sintagma nominal, geralmente precedido de pronome demonstrativo (CONTE, 2003).

Verifica-se, que, nesses casos, o demonstrativo, por seu estatuto dêitico, é responsável pela função organizacional do texto, atribuída também ao núcleo lexical do sintagma nominal encapsulador. Entretanto, este é que transmite, na verdade, a possível carga avaliativa. Segundo a autora, o núcleo lexical é um termo axiológico, ou seja, um termo que mostra uma avaliação do que foi descrito anteriormente. Ela aponta uma interessante estratégia de manipulação do leitor, tendo-se em vista que o próprio recurso de organização textual pode carregar consigo uma carga avaliativa de acordo com os interesses do autor.

Observando-se a rotulação como estratégia coesiva, percebe-se que é possível tirar grande proveito dela, em termos lexicais, em posição de transição de parágrafo. Entretanto, de acordo com Francis (2003), a rotulação também ocorre dentro de orações. O que importa é que seu significado específico dentro do texto ou da oração esteja disponível para identificação pelo leitor, mesmo que esse significado não esteja claramente delimitado.

Pode-se então confirmar a importância das estratégias de rotulação/encapsulamento, tanto para a organização textual quanto para a construção de significado no texto. Por ser opinativo, acredita-se que o artigo de opinião, em comparação a outros tipos de texto, tem maior abertura para a introdução estrutural de avaliações do autor sobre o que ele apresenta. Tal observação está em consonância também com a visão aqui apresentada de que os referentes são construídos e negociados com base em práticas sociais

e mundos mentais socialmente compartilhados, justamente porque são os falantes que estabelecem e modificam a sua relação entre linguagem e mundo.

3. O SINTAGMA NOMINAL COMO SEGMENTO TEXTUAL QUE CONTÉM A REFERENCIAÇÃO

Esta seção traz considerações sobre a construção e o funcionamento interno do sintagma nominal, estrutura que articula a rede referencial do texto e que recorrentemente participa da rede coesiva dos textos analisados. Ou seja, essa estrutura será o centro da análise empreendida.

3.1. O SINTAGMA NOMINAL E SEU PAPEL DE CONSTRUÇÃO TEXTUAL

Segundo Azeredo (2008), a função comunicativa do sintagma nominal é possibilitar a construção e a identificação de referentes, afirmação que coincide com indicações de Castilho (2010) que destaca o valor referencial dessa estrutura como elemento articulador do fluxo informacional no texto.

Perini (2010), por sua vez, ressalta propriedades como a de esse ser o único tipo de sintagma que pode assumir a posição de sujeito, objeto ou complemento de preposição. De acordo com esse autor, "o que caracteriza sintaticamente o SN é seu potencial funcional - a lista das funções que ele pode desempenhar na oração - assim como sua estrutura interna." (PERINI, 2010, p. 252).

Pode-se afirmar, ainda, que além de poder assumir diversas funções sintáticas dentro do texto, o sintagma nominal pode atuar como estrutura básica das estratégias de referenciação apresentadas no capítulo 2. Dessa maneira, no cópuz selecionado, verifica-se que, na maioria dos casos, a introdução dos objetos de discurso e suas respectivas retomadas foram efetuadas por sintagma nominal. Observa-se, ainda, que a carga lexical desses sintagmas recai principalmente em determinados elementos de sua estrutura, como o substantivo.

A seguir, serão apresentados os possíveis elementos constituintes do sintagma nominal.

3.2. A ESTRUTURA DO SINTAGMA NOMINAL

De acordo com Castilho (2010), o sintagma nominal é composto por um núcleo (substantivo e alguns pronomes), um especificador/determinante (artigos e pronomes pessoais, neutros e adverbiais) e complementadores/modificadores (sintagmas adjetivais e preposicionais). Entretanto, segundo o mesmo autor, ele pode ser formado: apenas pelo núcleo nominal ou pronominal (sintagma simples); pelo especificador e o núcleo, ou pelo núcleo com complementador (sintagma nominal composto); ou pelo especificador, núcleo e complementador (sintagma nominal máximo).

Como apontam CAMACHO *et al* (2008), a formação de um sintagma nominal sem nenhum elemento periférico é frequente no caso de serem núcleos substantivos próprios e substantivos comuns de valor referencial genérico. Como se verificará nas próximas seções, o substantivo próprio identifica um referente único e não exprime maiores características além da identificatória.

Como lembra Perini (2010), os artigos destacam-se por sempre antecederem o núcleo do SN, e os quantificadores em geral também costumam assumir a posição anterior ao núcleo ou anterior ao modificador do sintagma nominal. Ainda segundo o autor, possessivos sintéticos (*meu, seu, nosso*) normalmente ficam antes do quantificador, e não assumem apenas o papel de possuidor, assumindo também função de agente, autor ou paciente. No caso dos possessivos analíticos (*dele, de vocês*), estes atuam como sintagmas preposicionados e assumem posição após o núcleo (PERINI, 2010).

Adjetivos, locuções adjetivas e sentenças relativas podem assumir o papel de modificadores do substantivo, com destaque para as nuances de significado da expressão, de acordo com seu posicionamento dentro do sintagma. Compreende-se por posição não marcada aquela em que os determinantes ocupam a esquerda do núcleo e os modificadores a direita deste. Alguns desses elementos, como os adjetivos, os pronomes adjetivos e alguns quantificadores indefinidos costumam ocupar, por sua vez, posição marcada, oposta à que seria considerada mais habitual (CAMACHO *et al*, 2008, p. 25-26).

3.3. O NÚCLEO REFERENCIADOR DO SINTAGMA NOMINAL

Como discutido na seção anterior, o sintagma pode ser constituído com determinados elementos especificadores e qualificadores, mas o central é o núcleo, posição ocupada por um substantivo. Por essa razão, parte-se aqui por uma incursão nas características da classe como um todo e em suas subclassificações. Pode-se afirmar que tais especificações oferecem subsídios às análises referentes às funções e efeitos de sentido construídos no texto, segundo as diferentes escolhas lexicais.

De forma geral, a carga lexical do sintagma nominal recai sobre o substantivo, cujas propriedades e subclassificações serão apresentadas a seguir.

3.3.1. A classe dos substantivos

Azeredo (2008) aponta como características principais do substantivo sua capacidade de nomear seres, de ser núcleo de expressões referenciais do texto, de variar em gênero e número e de ocupar as funções sintáticas de sujeito e objeto direto (AZEREDO, 2008).

Segundo Neves (2011), de forma geral a classe dos substantivos assume a função de referir e denominar entidades como objetos, fatos, entre outros, e, de acordo com a natureza do substantivo, próprio ou comum, sua propriedade de denominação é modificada.

Essa característica é exatamente o que se objetiva analisar no cópuz, tendo em vista as diferentes propriedades de denominação dessas categorias, que refletem produções de sentido distintas.

Perini (2010) entende que a distinção entre substantivos e adjetivos é inadequada, devido às muitas propriedades gramaticais que as duas classes compartilham, como a possibilidade de serem constituintes imediatos de um sintagma nominal. Ainda segundo o autor, outro traço em comum diz respeito

ao fato de que ambos (e somente eles) apresentam potencial referencial (PERINI, 2010).

Essa visão está em concordância com uma tradição gramatical que considera substantivos e adjetivos sob a mesma classe, a dos *nomes* (CASTILHO, 2010, p. 455). Tal organização se baseia em suas propriedades mórficas compartilhadas, como número, gênero e caso. Entretanto, é possível proceder à distinção entre essas classes a partir da observação da função do nome em determinado uso (CAMACHO; DALL'AGLIO-HATTNER; GONÇALVES, 2008).

Por outro lado, de acordo com Castilho (2010), os adjetivos se recategorizam como substantivos, verbos (nas formas do infinitivo, particípio e gerúndio) originam substantivos, assim como podem, através do processo de nominalização, também gerar substantivos.

É um tema que serve ao desenvolvimento desta pesquisa, visto que há muitas ocorrências de sintagmas nominais com carga avaliativa, mas nem todas, necessariamente, contam com adjetivos propriamente ditos como detentores dessa avaliação.

3.3.2. A subcategorização dos substantivos

Esta seção justifica-se como apoio à descrição de ocorrências conforme o projetado e nas análises desenvolvidas, como se verá no capítulo 5. Como já se observou, é o substantivo que atua como núcleo do sintagma lexical. Por seus mais diversos usos e pelo seu papel na referência textual, cabe aqui distinguir as subclassificações mais relevantes para a observação dos preenchimentos lexicais nos textos, e tentar compreender a significação de determinadas escolhas. Para proceder a essas reflexões, foram consultadas principalmente as gramáticas de Bechara (2006), Azeredo (2008) e Neves (2011).

De acordo com Bechara (2006), quanto à morfologia, o substantivo é composto de um signo lexical (materializado pelo radical) e de signos morfológicos (materializados por desinências e alternâncias que atribuem

sentido apenas associadas a um radical). Especificamente no radical, encontra-se o núcleo duro do conteúdo lexical do substantivo, segmento que se manterá mesmo se alterada a classe gramatical da palavra, e que pode facilitar a geração de neologismos.

Para Bechara (2006), quanto à sua função sintática, o substantivo funciona geralmente como sujeito ou núcleo do sujeito, e no predicado pode assumir funções como a de objeto direto, complemento relativo, objeto indireto, predicativo, adjunto adnominal e adjunto adverbial.

Na cadeia referencial, tem maior pertinência o substantivo em posição de sujeito, visto que é particularmente relevante a manutenção do agente das ações na rede referencial, a partir do fato de que muito frequentemente o sujeito é agente.

3.3.2.1. Substantivos concretos e substantivos abstratos

Trata-se de uma subclassificação também relevante para este estudo, tendo em vista que se verificou nos textos selecionados a destacada ocorrência de substantivos abstratos em retomadas anafóricas correspondentes a ações, processos e estados, além da recorrência desse tipo de substantivo ocupando a posição de núcleo de sintagmas nominais rotuladores.

Como aponta Bechara (2006), a distinção entre substantivos concretos e abstratos diz respeito à independência, ou não, na existência dos objetos no mundo extralinguístico. Enquanto os substantivos concretos designam objetos do mundo extralinguístico de existência independente, os substantivos abstratos nomeiam ações, estados e qualidades, ou seja, elementos que existem no mundo extralinguístico apenas de forma dependente dos seres (BECHARA, 2006).

3.3.2.2. Substantivos comuns e substantivos próprios

Observou-se no *córpus* grande ocorrência de sintagmas nominais cujo núcleo é um nome próprio, principalmente em posição de sujeito, assim como de nomes comuns ocupando a mesma função. Essa diferença de preenchimento de casa nominal permite a verificação de mudanças de efeito de acordo com a escolha de um ou de outro modo de referir-se a um mesmo objeto. Por isso, cabe aqui analisar as diferenças no uso e na função desses elementos.

Na verdade, essa é a subclassificação chave para a análise das rotulações, já que só os substantivos comuns operam tal referenciação.

De acordo com Bechara (2006) os substantivos próprios designam um objeto ou um conjunto de objetos, considerados em sua individualidade. Mesmo em caso de homônimos, sabe-se que os nomes próprios correspondem a indivíduos diferentes e únicos. Destacam-se entre os nomes próprios os antropônimos (referentes a nomes de pessoas) e os topônimos (referentes a lugares geográficos).

Neves (2011) indica que os substantivos próprios apenas indicam um referente único, e não trazem marcas de uma caracterização de classe ou descrição, como os substantivos comuns, característica esta que será invocada seguidamente neste estudo, já que ela é a responsável pela rotulação lexical que esses elementos fazem. Diferentemente do que acontece com os substantivos comuns, os substantivos próprios prescindem de outros elementos no sintagma nominal e, em princípio, mantêm-se sozinhos como o próprio sintagma.

Na visão de Neves (2011), a capacidade descritiva do substantivo comum permite inserir dentro da classe delimitada por ele qualquer elemento por ele denominado. Entretanto, a denominação configurada pelo substantivo comum pode ser considerada, também, como uma interpretação desse elemento. Ou seja, num texto, ao optar por um substantivo classificatório em detrimento de outro, este talvez de uso mais corrente, o autor revela certo posicionamento em relação à ideia ou ao fato em questão. Em outras palavras,

o substantivo comum atua caracterizando ou rotulando uma determinada categoria por ele estabelecida e configurando propriedades definitórias.

Ainda de acordo com Neves (2011), em um substantivo comum há uma carga semântica relacionada à sua capacidade de nomear e descrever uma classe de referentes. Os substantivos comuns são compreendidos como “nomes, (designações) de entidades cognitivas e/ou culturais [...] que possuem certas propriedades categorizadas no mundo extralinguístico” (p. 68).

3.3.2.3. Substantivos contáveis e não contáveis

Essa seção se justifica pela necessidade de operar com ocorrências encontradas no corpus de sintagmas nominais cujo núcleo corresponde a esses dois tipos de substantivos.

Compreendem-se como substantivos contáveis, de acordo com Bechara (2006), aqueles que denominam objetos que existem como partes individuais, enquanto os substantivos não contáveis referem-se a objetos contínuos, que não podem ser considerados em partes diversas, e frequentemente dizem respeito a uma massa ou ideia abstrata, sendo estes usados apenas em sua forma no singular. Entre os substantivos não contáveis enquadram-se também os substantivos coletivos, que se referem a um conjunto de determinado tipo de itens, e que são vistos como um grupo, não como itens individuais reunidos (BECHARA, 2006).

Nos textos analisados, foram encontradas poucas ocorrências de sintagmas nominais com núcleo formado efetivamente por substantivo coletivo. Entretanto, por diversas vezes verificou-se, principalmente em função de rotulação, núcleos lexicais atuando como substantivos coletivos, construídos no contexto.

4. O ARTIGO DE OPINIÃO NOS JORNAIS

Esta seção apresenta algumas observações sobre a natureza, a produção e a constituição do tipo de texto que objetiva-se analisar. Trata-se de levantamentos mais específicos obtidos em publicações voltadas ao texto jornalístico.

4.1. O “GÊNERO” ARTIGO DE OPINIÃO

Compreende-se o artigo de opinião como um gênero secundário pertencente ao gênero jornalístico.

Como afirma Bakhtin (2003), características como o conteúdo temático e o estilo diferenciam os gêneros entre si, e a escolha por determinado gênero relaciona-se ao tipo de mensagem que se pretende transmitir, a intenção do emissor e o destinatário a quem a mensagem se destina. Assim, pode-se afirmar que a escolha de determinado gênero na comunicação está altamente relacionada a componentes extratextuais e ao intertexto, conjunto de modelos genéricos previamente estabelecidos.

Aspectos cognitivos, sociais e interacionais envolvem-se na construção do modelo, mas este está sujeito a mudanças condicionadas por transformações sociais e pela relação entre produtor e ouvinte (KOCH; ELIAS, 2010, p. 58). Como as atividades humanas são incontáveis, assim também são os gêneros do discurso, que aumentam em quantidade e se modificam (BAKHTIN, 2003, p. 263).

Levando em conta tais características, pode-se afirmar que o gênero artigo de opinião, por inserir-se entre os textos jornalísticos, tem o papel de expor fatos ocorridos na realidade. Por outro lado, como será visto na próxima seção, o artigo de opinião, como indica seu nome, configura-se entre os textos ligados ao jornalismo opinativo. Dessa maneira, além da exposição de fatos, atribui-se a ele também reflexões críticas sobre eles.

De acordo com Bräkling (2006), esse gênero discursivo origina-se e constrói-se por meio da busca do autor por persuadir seu leitor de determinada ideia ou posicionamento. Para tanto, dispõe de uma organização em que são apresentados dados factuais e informações sobre eles, de forma a construir, sustentar sua posição e influenciar o leitor.

Dessa forma, assim como na construção de qualquer outro texto, o autor de um artigo de opinião deve refletir, quando do planejamento de seu texto, sobre o interlocutor, bem como sobre o clima de opinião sobre o assunto, visto que esses artigos tratam de questões atuais, e requerem a provável posição inicial do autor sobre o tema a ser tratado.

Segundo Uber (2010), o artigo de opinião é um gênero encontrado predominantemente em forma escrita e em meios impressos (jornais e revistas) ou digitais (internet), geralmente publicados em seção específica (UBER, 2010). Particularmente, os artigos selecionados para esta pesquisa são publicados em seção específica do jornal ao qual pertencem, e em meio digital. Alguns autores são os mesmos da edição impressa.

Rodrigues (2005 *apud* OHUSCHI; BARBOSA, 2011) aponta que este tipo de peça jornalística é voltado a um público-alvo homogêneo, escolarizado e possivelmente elitizado, já que textos pertencentes a este gênero não são encontrados em revistas e jornais mais populares. Ainda segundo a autora, a distinção ideológica é observada a partir dessa característica sobre a circulação dos textos, não apenas nos conteúdos veiculados e nos posicionamentos defendidos.

Rodrigues (2005 *apud* OHUSCHI; BARBOSA, 2011) organiza as vozes inseridas no artigo de opinião de acordo com sua relação dialógica com enunciados já ditos e com a orientação para o interlocutor. Segundo a autora, na primeira relação há um movimento de assimilação, em que várias vozes se unem ao discurso do locutor, ou seja, são avaliadas positivamente segundo seu posicionamento ideológico, e há também um movimento de distanciamento, ou seja, de desqualificação das vozes que não representam a posição que o autor defende. Na relação com elos posteriores, há um movimento de engajamento do leitor, de refutação da possível negação do leitor à visão do autor e de interpelação do leitor quanto aos valores do autor.

Nos textos selecionados, entretanto, não foi verificada toda essa série de movimentos quanto aos posicionamentos desenvolvidos nos textos, por exemplo quanto ao engajamento de outros discursos ao do autor. Os articulistas utilizaram-se, principalmente, da articulação entre sequências narrativas e argumentativas para atribuir maior força ilocutória aos seus discursos.

4.2. OS GÊNEROS OPINATIVOS

Segundo Melo (2003), há grande dificuldade de organização dos textos jornalísticos, considerados em uma perspectiva científica. O autor aponta que, apesar das transformações tecnológicas da modernidade e das mudanças na própria sociedade, é possível organizá-los ao menos sob as categorias de jornalismo informativo, aquele que se ocupa em mostrar o real, e jornalismo opinativo, capaz de desenvolver uma visão sobre o real.

Ainda segundo esse autor, qualquer tentativa de organização de gêneros jornalísticos leva mais em conta aspectos práticos, ou seja, em detrimento de quaisquer outros aspectos relativos à produção textual, prioriza o tipo de informação a ser veiculada e a forma mais prática de fazê-lo (MELO, 2003).

Nessa direção, e invocando-se Bakhtin (2003), pode-se dizer que os gêneros são definidos pelo estilo mais adequado para cada tipo de informação a ser transmitida, mas também para cada público a que aquele tipo de texto se destina. Assim, são consideradas relevantes características como o nível de linguagem, os temas tratados e as expectativas a respeito daquele grupo de leitores.

Seguindo a divisão organizada por Melo (2003), consideram-se como textos ligados ao jornalismo informativo as notas, as notícias, a reportagem e a entrevista, enquanto o editorial, o comentário, o artigo, a resenha, a coluna, a crônica, a caricatura e a carta são referentes ao jornalismo opinativo. Destacam-se os textos ligados ao jornalismo opinativo como aqueles que,

notadamente, demonstram em sua estrutura a tentativa de veicular um fato e a opinião sobre este (MELO, 2003).

Não se assume, aqui, uma posição de que os textos jornalísticos que não pertençam ao gênero estudado neste trabalho sejam considerados neutros. Admite-se que o papel destes seja expor fatos ao leitor da forma mais objetiva possível, mas não podem ser ignorados fatores subjetivos inerentes a qualquer produção textual, como a escolha dos temas e das fontes acessadas, por exemplo.

Merecem atenção, entre os textos opinativos, aqueles que apresentam, em sua organização, diversas sequências narrativas alternadas a trechos em que, notadamente, há uma avaliação do autor sobre os fatos narrados. Essa é uma característica que pode ser verificada nos artigos (GOMES, 1992) e que também foi verificada neste estudo. Como já se afirmou, esse recurso revela-se um dos mais produtivos para o estabelecimento da cadeia referencial, inclusive com atribuição de carga avaliativa em termos nucleares ou qualificadores.

Ainda segundo Gomes (1992), os artigos são geralmente escritos por personalidades que representam determinados setores da sociedade, influentes do ponto de vista político ou cultural. Por serem desenvolvidos e assinados por colaboradores, são compostos com maior liberdade de produção, em relação ao tempo, à estrutura composicional e ao direcionamento opinativo. Tal situação não ocorre nos editoriais, também configurados como gênero ligado ao jornalismo opinativo, visto que estes, apesar de serem recebidos pelo senso comum como simplesmente a opinião do jornal (ou seja, de seus proprietários), devem veicular uma opinião que seja fruto de consenso entre aqueles que regem o jornal e os responsáveis pelo sustento financeiro da empresa.

Nesse sentido se desenvolvem as observações de Armañanzas; Noci (1996), que apresentam algumas características da natureza do gênero estudado, correspondente ao que chamam de “coluna”, porque, para esses autores, o “artigo”, de acordo com a nomenclatura espanhola, corresponde a produções como ensaios e outros textos que não se relacionam a acontecimentos atuais. Os articulistas, não necessariamente jornalistas, seriam colaboradores fixos que, em seu texto, analisam um tema atual. Uma observação pouco explorada sobre sua natureza, segundo os autores, é a

possível criação de um ar de maior aproximação entre autor e leitor, em comparação ao que se observa no editorial (ARMAÑANZAS; NOCI, 1996).

Os autores ainda resumem a proposta geral do gênero “coluna”, que, aqui, assimilamos aos nossos textos de estudo:

Assim como acontece no artigo, o autor nos faz enxergar através de seus olhos, às vezes com uma aproximação muito diferente da habitual, os acontecimentos, mais ou menos recentes, e suas consequências [...] (ARMAÑANZAS & NOCI, 1996, p. 127, tradução deste autor)².

4.3. AS MARCAS LINGUÍSTICAS E A MACROESTRUTURA DO ARTIGO DE OPINIÃO

Armañanzas e Noci (1996) explicam que esse tipo de texto se apresenta com extensão moderada (o que facilita a leitura), concisão e riqueza lexical, visto que associa linguagem mais elaborada a variedade mais informal, no entanto sem desvios à norma padrão da língua.

Como aponta Cortez (2011), diferentemente do que ocorre no gênero editorial, fica mais claro no artigo de opinião o posicionamento ideológico adotado, observado por características como uma seleção lexical com maior força ilocutória. Nesse sentido, verifica-se grande número de recategorizações lexicais dos objetos de discurso inseridos, operadas por escolhas de núcleos lexicais, complementos qualificadores e inclusive por especificadores. Essa estratégia colabora para a manutenção de referentes, para evidenciar ainda mais a posição do autor em relação a cada referente e para marcar a identidade desse autor (CORTEZ, 2011).

Tais características foram identificadas no cópuz, principalmente o uso de recategorizações de agentes envolvidos nas ações narradas, bem como o amplo uso de categorizações de porções do texto já configuradas, constituindo-se em rotulações lexicais que auxiliavam a revelar e defender os julgamentos

² “Al igual que lo que ocurre en el artículo, el autor nos hace ver por sus ojos, a veces con un enfoque muy diferente al habitual, los acontecimientos, más o menos recientes, y sus consecuencias” [...] (ARMAÑANZAS; NOCI, 1996, p. 127).

do articulista sobre esses mesmos agentes e ações. Presumir o posicionamento ideológico do autor e do jornal também pode ser um dado que colabora para o entendimento de sua produção como um todo.

Quanto às escolhas lexicais e recategorizações, pode-se afirmar ainda que elas colaboram na orientação argumentativa do texto mesmo que seu significado lexical não tenha denotação encaminhada positiva ou negativamente. Tal sentido é reconstruído pelo leitor em cada texto e, para tanto, o articulista deve levar em conta, na produção de seu texto, ao menos o clima de opinião que cerca o tema tratado e o possível conhecimento de seus leitores de forma geral e em específico sobre o tema. Foram verificados no *cópus* casos de rotulação lexical em que o próprio núcleo do sintagma nominal carrega consigo uma carga negativa, por diversas vezes estabelecida no contexto específico.

De acordo com Uber (2010), verificam-se, de forma geral, algumas regularidades na macroestrutura de um artigo de opinião, as quais se explicitam a seguir. O artigo geralmente se inicia com uma contextualização do assunto a ser tratado (introdução), seguida de uma sequência que já explicita a posição do autor sobre aquela questão, com uso de argumentos que deem embasamento à sua opinião. O autor do artigo pode antecipar possíveis opiniões contrárias à sua, apresentando argumentos que as refutem (desenvolvimento). Ele faz isso para, em seguida, retomar seu posicionamento e, mesmo que considere negociar os possíveis pontos de vista sobre aquele assunto, finaliza o artigo enfatizando e defendendo sua posição novamente.

Quanto à microestrutura, verifica-se que as marcas linguísticas do gênero, apesar de sua heterogeneidade de construção, deixam ver algumas regularidades, de acordo com os analistas. Segundo estudo recente de Bräkling (2006), são marcas desse texto a organização do discurso predominantemente em terceira pessoa; o uso do presente do indicativo ou do subjuntivo nas sequências argumentativas; o uso do pretérito nas sequências narrativas; citações e uso de operadores argumentativos.

4.4. A IMAGEM DO AUTOR

Como já se explicitou em seções anteriores do trabalho, o gênero escolhido para análise é o artigo de opinião. Por serem observados nesses textos predominantemente segmentos argumentativos, torna-se relevante o exame da construção da imagem do locutor no e pelo discurso.

4.4.1. A noção de *ethos*

Autores ligados aos estudos discursivos contemporâneos, apesar de divergências teóricas, retomam a noção de *ethos*, proveniente da tradição retórica, como a construção de uma imagem de si no discurso. De acordo com Amossy (2008), os participantes da comunicação exercem influência uns sobre os outros na interação. O *ethos* corresponderia, então, à maneira de dizer usada pelo locutor para expor seu discurso, de forma a apresentar uma imagem sua que facilite a adesão de seus alocutários ao que pretende afirmar (AMOSSY, 2008).

Maingueneau (2005), por sua vez, explica o conceito de *ethos* como a revelação da personalidade do enunciador por meio da própria enunciação, sem explicitar-se no enunciado.

Retomando as palavras de Kerbrat–Orecchioni, Amossy (2008) aponta que, em linhas gerais, a construção dessa imagem pode desenvolver-se no discurso de forma mais, ou menos, implícita, analisando-se, entre outros fatores, a distância enunciativa que o autor estabelece em relação ao seu objeto de discurso, além de informações sobre as competências dos locutores que digam respeito a dados situacionais observados na situação interativa.

A autora ainda discute que, em qualquer interação social, acabamos fornecendo certa imagem de nós mesmos involuntariamente ou voluntariamente, o que resulta em influência sobre nosso parceiro conversacional. Nas interações, o que entra em destaque são as relações

interpessoais, muitas vezes associadas a determinados comportamentos sociais cristalizados.

4.4.2. O *ethos* no texto opinativo

Maingueneau (2008) defende uma concepção de *ethos* que não se relaciona, necessariamente, ao discurso argumentativo, mas também a um processo geral de adesão de alocutários a um discurso em processo de desenvolvimento.

Quanto à forma como a posição do autor se constroi nesse gênero de texto, existem algumas singularidades na construção do *ethos*. Pela natureza opinativa do gênero, cabe ao enunciador mostrar uma posição de autoridade que permita ao leitor aceitar aquele discurso como verdadeiro para que, assim, possa se identificar com os valores veiculados e aderir ao discurso desenvolvido.

Pode-se relacionar tais noções aos textos selecionados para o cópuz, retomando-se inicialmente algumas características gerais do artigo de opinião. Ele conta com segmentos narrativos, em que são apresentados os dados que serão, em seguida, retomados e comentados avaliativamente pelo autor em segmentos argumentativos (BRÄKLING, 2006). Verificou-se que as escolhas lexicais integrantes das retomadas referenciais por rotulação já carregam consigo certa carga avaliativa, geralmente negativa.

Assim, nas sequências narrativas introdutórias, em geral, verificou-se a opção por nomes próprios e termos mais neutros, pelo menos em relação aos nomes que são utilizados em rotulações operadas ao longo do texto, principalmente no encaminhamento a sua conclusão. Tal escolha inicial tem relação com a identificação de referentes, mas pode-se afirmar, também, que colabora para a construção do *ethos* de um narrador objetivo e comprometido com a exposição de fatos efetivamente ocorridos. Observou-se que, no desenvolvimento desses textos, novas sequências narrativas são introduzidas, com essas mesmas características.

Voltando-se a algumas noções desenvolvidas por Maingueneau (2008) merece destaque aqui a que se refere à incorporação do *ethos*. Essencialmente, segundo o autor, o *ethos* é construído na enunciação, ou seja, sua imagem é resultado do discurso, e não de concepções prévias sobre o caráter do locutor. Além disso, tal imagem torna-se mais eficaz quando construída a partir de determinadas escolhas enunciativas desse locutor, e não em afirmações sobre si próprio.

Entretanto, o alocutário pode construir uma imagem de seu locutor antes mesmo de ter acesso à enunciação ou ao enunciado propriamente dito. Maingueneau (2008) cita como exemplo o domínio político, em que os locutores participantes estão constantemente em cena e, assim, são conhecidos do público, o qual já pode ter formulado concepções prévias sobre eles. Nesses casos, ao ter contato com o discurso desses locutores ou sobre eles, o público acaba confirmando ou não suas expectativas.

Em relação aos textos do *cópus*, a questão do *ethos* pré-discursivo pode ser observada na análise das escolhas lexicais dos núcleos e termos avaliativos das rotulações encontradas nos segmentos argumentativos dos artigos. Pode-se afirmar que é através dessas escolhas que transparecem mais nitidamente nos textos os posicionamentos discursivos dos autores. Aqueles que, em um primeiro momento, procuraram mostrar-se como detentores da verdade e da objetividade sobre fatos, nesse segundo momento procuram sustentar essa posição por meio da inserção de termos avaliativos, em posição referencial, na corrente do texto. Cabe ao leitor, para compreender o texto, reconstruir essa retomada, compreendendo que determinadas ações podem ser tomadas como *encrencas*, *inconsistências* ou *previsíveis*, por exemplo.

Maingueneau (2008) faz uma importante observação quanto à sua visão de discurso, a qual acaba evidenciando a distinção entre o *ethos* construído no discurso oral em relação àquele do texto escrito. Enquanto o discurso oral diz respeito à fala do locutor produzida *in praesentia* (e podem-se depreender também as interferências inerentes a essa modalidade e esperadas por esse locutor), a produção escrita, por sua vez, necessita que o leitor recupere no texto tudo o que for possível para que possa reelaborar o sentido e interpretá-lo. Cabe ao leitor reconhecer dados como o gênero discursivo e características a ele relacionadas, o nível de linguagem e os próprios conteúdos do texto.

5. ANÁLISE DO CÓRPUS

Os cinco textos que compõem o corpus foram publicados nas versões *on-line* dos jornais *Folha de São Paulo* e *O Estado de São Paulo*, entre os meses de fevereiro e março de 2013. O tema central dos artigos é a conjuntura política brasileira e acontecimentos polêmicos no período. Os três textos publicados na *Folha* são essencialmente políticos, desenvolvendo os seguintes temas: os bastidores da votação para a presidência do Senado; a criação de um novo partido político; as expectativas de resultados nas eleições presidenciais de 2014. Os dois textos do jornal *O Estado de São Paulo*, por sua vez, comentam problemas econômicos que atingiam o país à época, e discutem como eles acabam interferindo no cenário político.

5.1. ANÁLISE

Nos textos aqui selecionados encontram-se grifados os objetos de discurso e suas retomadas lexicais, levando-se em conta o critério de relevância para o texto. A análise de cada um deles segue a organização por parágrafos, e, neles, destacam-se os objetos de discurso inseridos e retomados que foram mais importantes para a condução do texto, particularmente as rotulações.

5.1.1. Texto 1

Indignação postíça

Por volta das 13h de ontem, enquanto *Renan Calheiros* fazia seu discurso como candidato a presidente do Senado, um site completou a coleta de mais de 300 mil assinaturas eletrônicas contra o peemedebista de Alagoas.

O protesto digital resultou inócuo. Pouco depois, *Renan Calheiros* foi eleito com 56 votos. O candidato de oposição, *Pedro Taques*, do PDT de Mato Grosso, recebeu 18 votos.

A derrota de Pedro Taques era mais do que esperada. Ainda assim, escancara três aspectos relevantes do atual estágio da democracia brasileira. Primeiro, que gritaria na internet tem efeito limitadíssimo por aqui. Segundo, a quase inexistência de conexão entre opinião pública e ações dos congressistas. Terceiro, que a oposição no Congresso só joga para a plateia -- por cinismo, inépcia ou as duas coisas juntas.

Pedro Taques tinha um potencial teórico para receber 30 votos. Eram 5 de dissidentes entre os senadores governistas. E outros 25 de partidos que referendaram sua candidatura de maneira oficial: PDT, PSDB, DEM, PSB e PSOL. No final, foram apenas 18 votos. Ou seja, 12 votos evaporaram entre o discurso e a prática.

O que isso significa? Que a oposição no Brasil sucumbe ao voto secreto, traindo a si própria. Em público, esfalfa-se num discurso de indignação postiça. Segue a máxima de Lampedusa, simulando mudanças para manter tudo como está.

Em meio ao desfecho previsível de ontem, chamou a atenção a atitude ladina do PSDB. O seu principal líder, Aécio Neves, senador por Minas Gerais, ficou mudo durante o processo de escolha de Renan Calheiros. No momento da contagem dos votos, posicionou-se ao lado de Pedro Taques para que as câmeras registrassem. Como ele votou, ninguém sabe.

E os eleitores? Mais de 320 mil já haviam clicado o seu protesto na internet no final do dia. Devem achar que só isso basta.

(Fernando Rodrigues, *Indignação postiça*, Folha de São Paulo, 02/02/2013)

Observa-se que o título do artigo, que se constitui de um sintagma nominal composto de núcleo lexical e termo avaliativo de carga negativa, não aponta claramente para um tema a ser tratado no texto. Pode-se afirmar que essa escolha já aponta a avaliação do autor sobre os fatos que desenvolve no texto.

O artigo inicia-se com um segmento narrativo, em que são relatados dois fatos que, como se pode entender pelo uso de *enquanto*, aconteciam simultaneamente: Renan Calheiros discursava como candidato a presidente do Senado enquanto era organizado um protesto contra ele. Pode-se afirmar, então, que as ações descritas ocorrem a partir de motivações opostas, além de serem fatos que podem ser comprovados por outros meios pelo leitor.

Nessa sequência narrativa há uma categorização por retomada anafórica do objeto de discurso *Renan Calheiros*, operado pelo sintagma nominal *o peemedebista de Alagoas*, que tem como núcleo o substantivo *peemedebista*, portanto, com informação que traz dados descritivos sobre o sujeito envolvido.

Levando-se em conta a macroestrutura geralmente vista em artigos de opinião, pode-se dizer, com base em Uber (2010), que esse parágrafo corresponde a uma introdução que contextualiza o assunto a ser tratado. Há, então, informações suficientes para que o leitor ative seus possíveis conhecimentos prévios sobre o tema, a situação narrada e, ainda, sobre os agentes envolvidos. Estes são introduzidos de forma identificatória, geralmente pelo uso de nome próprio, como na introdução do sujeito *Renan Calheiros*, ou por meio de sintagmas nominais, como em *o peemedebista de Alagoas*. O texto, a ser acessado por leitores com maior ou menor conhecimento sobre a vida política no país, inicialmente oferece oportunidade para que esses mesmos leitores identifiquem os sujeitos envolvidos nas ações ali narradas. Além disso, o uso de sintagmas nominais (descritivos), portanto, colabora com informações que possibilitam o entendimento do texto assim, como para que seja compreensível a crítica ali desenvolvida.

No parágrafo seguinte, ainda composto de sequências narrativas, introduz-se um sintagma nominal, *o protesto digital*, que rotula de forma neutra o citado processo de recolhimento de assinaturas, por meio de um site da internet, com o objetivo de impedir que Renan Calheiros se tornasse presidente do Senado. Esse processo é descrito no parágrafo imediatamente anterior, de forma objetiva. Cabe observar que o uso dessa sequência constitui estratégia persuasiva, tendo em vista que inserções descritivas em um texto predominantemente argumentativo indicam que o autor conhece os fatos de forma detalhada, e, dessa maneira, é capaz de tecer comentários sobre eles com precisão e compromisso com a verdade (NASCIMENTO, 2003).

O sintagma *protesto digital* inicia o parágrafo seguinte mantendo o assunto em foco. Há opção por um rótulo não avaliativo, mas o enunciado completo aponta que o já citado protesto não se refletiu nos resultados esperados. Em seguida, *Renan Calheiros*, elemento considerado como dado no texto, é retomado nominalmente no enunciado que afirma sua vitória. Fica clara a relação entre os fatos narrados: Renan Calheiros venceu as eleições porque o protesto organizado contra ele não foi eficaz. É evidente também, apesar de ainda tratar-se de uma porção narrativa do texto, que se dá maior ênfase à ineficácia da iniciativa contra ele do que à sua vitória, visto que o parágrafo se inicia com o já citado sintagma nominal *o protesto digital*. Essa

tendência pode ser verificada ao longo do artigo, e há diversas recategorizações desse referente, encaminhando o texto a uma crítica negativa ao político.

Em seguida, é introduzido um novo objeto de discurso com a expressão nominal *o candidato de oposição*, referente a Pedro Taques, retomado por nome próprio em posição de aposto explicativo. Também atua sintaticamente na mesma função o sintagma nominal preposicionado *do PDT de Mato Grosso*, que ainda se refere ao opositor de Renan, Pedro Taques. Ambas as estratégias de introdução e retomada não nominal de referentes oferecem informações descritivas adicionais ao leitor sobre uma pessoa que pode não ser conhecida, e supõe-se que não será tão facilmente identificada apenas por nome próprio, situação que seria mais provável na referência a Renan Calheiros. Nesse caso, os sintagmas nominais apontados revelam função identificatória e descritiva.

O terceiro parágrafo inicia-se com um sintagma nominal que rotula o resultado do processo de escolha do presidente do senado: *a derrota de Pedro Taques*, no qual se destaca o núcleo lexical substantivo *derrota*. Em seguida há uma sequência de comentários do articulista sobre os fatos anteriormente narrados, visto que, no predicado passivo *já era esperada*, não há indícios sobre quem esperaria a derrota. Neste ponto do texto começa a delinear-se mais claramente a opinião do autor sobre a questão principal do texto: a ineficácia do protesto contra Renan Calheiros.

Novamente a derrota é retomada por elipse, associada no texto a um novo objeto de discurso inserido: *três aspectos relevantes*. Esse sintagma nominal opera um encapsulamento catafórico no texto, servindo à organização dos argumentos, pois, na frase seguinte, os elementos rotulados pelo autor como *aspectos* são enumerados e explicados. O uso do qualificador *relevante* nesse sintagma introduz o posicionamento do autor sobre os fatos anteriormente narrados e, desse modo, pode-se apontar que se inicia uma sequência predominantemente argumentativa. A opinião desvalorizadora do autor quanto ao protesto digital vai-se esclarecendo em recategorizações, como *gritaria na internet*, sintagma nominal que rotula todo o processo que envolve o abaixo assinado digital. Diferentemente do caso anterior, em que há uma avaliação por meio de um elemento qualificador dentro do sintagma, neste

o efeito é produzido por outra estratégia: o próprio núcleo lexical do sintagma tem carga semântica negativa, principalmente se comparado ao núcleo do sintagma anterior que se referia ao mesmo objeto, *protesto*.

Outro aspecto relevante apontado pelo autor é *a quase inexistência de conexão entre opinião pública e ações dos congressistas*, sintagma nominal que não teria carga negativa em seus elementos constituintes, mas que tem essa carga no contexto dos argumentos invocados pelo autor. Por outro lado, o terceiro aspecto levantado intensifica a crítica negativa aos congressistas, construída com uso do sintagma verbal *a oposição no Congresso só joga para a plateia*. A crítica negativa sobre a ineficiência de iniciativas públicas se estende aos congressistas ditos oposicionistas; às ações deles o autor ainda atribui *cinismo e inépcia*, termos nucleares claramente desvalorizadores dos sujeitos envolvidos.

Pedro Taques é novamente retomado por nome próprio em mais um segmento predominantemente narrativo, em que o autor volta a esse político para expor as estimativas de votos para cada candidato a presidente do Senado. O último período do parágrafo, entretanto, encerra-se com um sintagma verbal em que há um comentário do autor sobre os fatos narrados: *12 votos evaporaram entre o discurso e a prática*, mais um fato que confirma as inconsistências dos congressistas.

O parágrafo seguinte tem, em seu primeiro período, uma rotulação aparentemente neutra dos fatos expostos anteriormente, operada pelo demonstrativo *isso*. Pode-se afirmar, então, que esse demonstrativo atua encapsulando o conteúdo do parágrafo anterior, mas também retoma tudo o que o autor desenvolveu até então, tendo em vista a coerência de posicionamento do articulista, observada desde o início do texto até a porção imediatamente anterior à introdução desse elemento referencial que mantém o tema em foco. O uso da frase *O que isso significa?*, nesse ponto do texto, anuncia que imediatamente serão explicitados, segundo a opinião do autor, julgamentos sobre os fatos e situações já criticados e agora retomados pelo pronome *isso*.

Nas predicções seguintes, a própria escolha dos núcleos dos sintagmas verbais carrega consigo uma carga avaliativa negativa, revelando algumas conclusões do articulista: *a oposição sucumbe ao voto secreto; traindo*

a *si própria*; *esfalha-se num discurso de indignação postíça*. Neste último sintagma verbal, a expressão *indignação postíça* é claramente uma rotulação de todos os fatos apresentados até então no texto, configurando a impressão de que os participantes das ações pretenderiam passar, desqualificadas pelo autor com o uso do qualificador *postíça*.

Neste ponto do texto, em que, aparentemente, ele se encaminha a conclusão, espera-se que, tendo em vista o gênero analisado, o autor mantenha e defenda sua opinião (UBER, 2010), e que para isso sejam utilizadas predominantemente sequências argumentativas. Entretanto, o autor narra outro fato acontecido, associado ao que ele chama de *desfecho previsível*, nova rotulação da derrota de Pedro Taques e vitória de Renan Calheiros na eleição. A ação é rotulada de forma prospectiva como *atitude ladina do PSDB*, com claro teor de crítica negativa, pela escolha do termo avaliador. Dessa maneira, o efeito da rotulação é preparar o leitor para a narração de mais um fato a ser visto com desprezo. Verifica-se que tal recurso não seria cabível se fosse utilizado nas porções iniciais do texto, ou em porções que antecedessem os fatos narrados que embasaram a argumentação negativa.

Nesse segmento narrativo, um novo objeto de discurso é inserido, nomeado como *o seu principal líder*, e, por meio de sintagma nominal em posição de aposto explicativo, ele é especificado nominalmente como *Aécio Neves*, e também como *senador por Minas Gerais*. A sequência de ações de Aécio Neves é apresentada de forma aparentemente neutra, mas, considerando todos os argumentos do autor sobre o processo de votação e todos os fatos previamente narrados, o leitor pode perceber que o fato de esse político ser visto ao lado de determinado candidato não quer dizer, necessariamente, apoio a ele. Trata-se de mais um fato que o autor expõe para apontar suposta falsidade dos envolvidos. Pode-se compreender que a inserção dessa nova sequência, predominantemente narrativa, no encaminhamento para a finalização do texto, contribui para a orientação argumentativa, por oferecer mais um exemplo de como as observações feitas pelo autor podem ser aplicadas a outros casos.

Por fim, no parágrafo conclusivo do texto, o autor volta a utilizar-se de uma sequência narrativa para retomar *os eleitores* por sintagma nominal e, em

seguida, com uma elipse, retomá-los em *mais de 320 mil*, com a ênfase dada pela expressividade numérica. Tal referente é retomado para que o autor retome também o abaixo-assinado realizado pela internet, rotulado aqui de forma mais neutra do que já foi visto em outras porções do texto: *protesto na internet*. Apesar dessa aparente neutralidade na conclusão, o autor finaliza o texto com uma oração de grande carga argumentativa: *devem achar que só isso³ basta*, expressão na qual o demonstrativo rotula a participação no protesto. Entretanto, nessa expressão também fica clara a posição do autor de que tal atitude, por sua expressividade, deveria ter sido relevante para alterar o desenvolvimento dos fatos acontecidos, posição defendida desde o primeiro parágrafo do texto.

Observa-se, então, que o autor joga com a rede referencial do texto, especialmente com a estratégia de rotulação, de forma a desenvolver as críticas negativas quanto a sujeitos, ações e processos. Esses objetos de discurso, ao serem reativados, são alvo de novas predicções que contêm os argumentos das críticas desenvolvidas.

Verifica-se que as primeiras ocorrências cumprem papel mais organizacional no texto, e, à medida que este vai encaminhando-se à conclusão – e, conseqüentemente, à crítica principal –, surgem rotulações com papel avaliador mais relevante na construção da argumentação.

De forma geral, pode-se afirmar que as críticas do autor se desenvolvem em duas direções: elas se alternam entre a ineficiência do abaixo-assinado digital contra a eleição de Renan Calheiros e o comportamento dos reais participantes do processo de votação. Assim, o articulista procura reativar na memória do leitor a existência da manifestação popular associando-a às eleições no Senado, que aconteceriam no mesmo espaço de tempo. As rotulações são utilizadas como estratégia de articulação entre essas duas vertentes, visto que os rótulos avaliavam negativamente as ações e processos envolvidos em ambas as linhas de raciocínio.

³ Grifo deste autor.

5.1.2. Texto 2

A pureza pela metade

O novo partido político a ser lançado hoje pela ex-senadora Marina Silva não deseja receber doações eleitorais de empresas "sujas". Estão excluídos fabricantes de bebidas alcoólicas, cigarros, armas e agrotóxicos.

A ideia é oferecer aos eleitores uma opção mais pura na corrida presidencial de 2014. Além de representar "um novo mundo possível", Marina também rejeitará um certo tipo de dinheiro.

O marketing é bom, mas a pureza oferecida está pela metade.

Empreiteiras, por exemplo, ficaram fora do "índice marinista". Em 2010, a Andrade Gutierrez doou R\$ 1,1 milhão para a campanha presidencial de Marina. A Camargo Corrêa entrou com mais R\$ 1 milhão.

A Andrade Gutierrez é responsável pela construção da usina nuclear Angra 3. Conclui-se, portanto, que a nova legenda aceita de bom grado dinheiro relacionado à energia nuclear --para não citar outras encrencas relacionadas a empreiteiras.

Outro exemplo é a Suzano Papel e Celulose. A empresa é muito criticada por alguns ambientalistas que a acusam de ser uma poluidora de rios. Em 2010, deu R\$ 532 mil para Marina. Poderá repetir a dose em 2014.

Há mais casos. Não caberiam todos aqui. A rigor, o dinheiro de todas as grandes empresas do país será sempre incompatível com o purismo pretendido por Marina e sua nova legenda.

Essa inconsistência na fórmula de recebimento de doações não significa risco certo de fracasso para o projeto de eleger Marina presidente no ano que vem. Apenas expõe uma entre muitas fragilidades na ainda incipiente candidatura.

Para ter sucesso em 2014, Marina precisa acumular forças e vitaminar seu projeto político. Não é obrigada a ganhar o Planalto. Basta receber mais votos do que em 2010. O problema é que, quando se olha o cenário atual, essa parece ser uma missão difícil para a ex-senadora.

(Fernando Rodrigues, *A pureza pela metade*, Folha de São Paulo, 16/02/2013)

Neste artigo, novamente há escolha de um título que não ativa conhecimentos prévios no leitor, mas que, como se pode perceber após o acesso à totalidade do texto, inclui a opinião do autor sobre os fatos narrados e problematizados.

Levando-se em conta a macroestrutura, observa-se que o artigo já se inicia de maneira diferente em relação ao Texto 1. Ao invés de introduzir uma sequência narrativa para, a partir das ações narradas, emitir comentários avaliativos, o autor opta por iniciar o texto com declarações sobre um objeto de

discurso hipoteticamente já conhecido do leitor. Como se verificou na análise do Texto 1, uma sequência narrativa inicial nesse gênero textual auxilia o leitor a ativar seus conhecimentos prévios sobre os assuntos e sobre os agentes envolvidos, além de localizar as ações sobre as quais se desenvolverão os comentários avaliativos.

Neste artigo, o primeiro referente introduzido, *o novo partido político* não é previamente apresentado. Entretanto, apesar de o referente ser um elemento novo na construção, fica claro que se espera que o leitor tenha algum conhecimento sobre ele. O autor não narra a fundação de um novo partido sob a liderança de Marina Silva, mas apresenta informações referentes às determinações desse partido. Para encaminhar a argumentação, ele opta por considerar as condições impostas pelo partido, e não por dados sobre sua fundação. É importante ressaltar que esse novo partido não é retomado, em nenhuma porção do texto, por seu nome próprio: há apenas a associação desse partido à imagem de sua líder, Marina Silva, e, conseqüentemente, aos conhecimentos prévios que o leitor possa ter sobre ela.

A determinação do partido de que não receberá doações de *empresas 'sujas'* é explorada pelo articulista. Esse sintagma nominal ativa conhecimentos prévios no leitor, levando-o a refletir sobre quais traços de significado seriam considerados pelo autor para atribuir essa classificação a empresas. Mas esse sintagma atua também como rótulo (prospectivo) de referentes ainda não introduzidos, e que são especificados, em seguida: os tipos de organização que se encaixariam em tal categoria. As empresas são encapsuladas no sintagma *fabricantes de bebidas alcoólicas, cigarros, armas e agrotóxicos*.

Tal rotulação inicial é retomada por meio do rótulo *a ideia*, que abre o parágrafo seguinte. Essa construção se baseia lexicalmente em uma informação já dada, para introduzir um novo referente que será alvo de novas predicções, refletindo uma das principais funções organizacionais das rotulações (CONTE, 2003). O parágrafo é dedicado a explicar ao leitor o significado por trás da opção feita pelo partido. Este, segundo o autor, apresenta-se como *uma opção mais pura*, sintagma nominal utilizado tanto como retomada do referente, de forma mais descritiva, quanto no estabelecimento de uma anáfora associativa em oposição ao sintagma

empresas sujas. Essa oposição entre as noções de pureza e de sujeira é explorada argumentativamente ao longo do texto.

Os desenvolvimentos apresentados nos dois primeiros parágrafos são rotulados pelo sintagma nominal *o marketing*, também em início de parágrafo e em uma rotulação prospectiva. Desta vez, o próprio núcleo lexical do sintagma já funciona, no texto, como um termo avaliativo das atitudes encapsuladas. A atenção do leitor é voltada para a imagem pública que o partido pretende passar com seu posicionamento. Estabelecido isso, o autor trata de contrapor uma visão contrária da situação, como se vê anunciado pela oração adversativa *mas a pureza oferecida está pela metade*. A partir daí, ele mostra, de forma narrativa, fatos que desconstroem os valores atribuídos ao partido em questão.

Nos parágrafos seguintes são narradas doações feitas a Marina Silva por empresas que não estariam dentro das condições impostas por seu partido. E, segundo o autor, algumas empresas que caberiam sob o rótulo *sujas* não foram incluídas no que o autor chama de *índice marinista*. Esse referente atua como rotulador das informações do parágrafo inicial do texto, em que se especificava o tipo de empresa cujas doações seriam rejeitadas por Marina Silva. Trata-se de um rótulo avaliativo, já que o núcleo lexical faz alusão a uma espécie de lista de restrições (*índice*) que, no caso do texto, foram violadas no passado. Além disso, esse sintagma conta com o qualificador *marinista*, neologismo construído com base no nome *Marina*. Como já se afirmou, as retomadas referenciais do objeto *partido de Marina Silva* não são feitas por nome próprio, a ênfase é dada à relação dessa organização com o nome da ex-senadora.

Desenvolve-se, então, uma sequência narrativa que busca mostrar as contradições entre o discurso e a prática de Marina Silva. São apontados nomes de empreiteiras, as doações feitas por elas a Marina e a relação de uma delas com o desenvolvimento de energia nuclear, notadamente poluidora. Tais fatos já deixam claras ao leitor as incoerências que o autor procura expor, e a exposição ainda é acompanhada de períodos conclusivos quanto às contradições. Gradativamente se apresentam fatos que acentuam ainda mais essas contradições, observando-se que, ao final, narra-se também o caso da contribuição de uma grande empresa poluidora. Nesse caso, o autor insere a

confirmação de especialistas no assunto para conferir efeito de veracidade e objetividade ao seu discurso.

O arremate desse parágrafo, em específico, sugere que novas doações indevidas podem acontecer, apesar das restrições do novo partido. Para o leitor, fica a ideia de que o que há em comum entre os fatos narrados e a nova opção política é a liderança de Marina Silva em ambos os casos. A sugestão do articulista induz o leitor a compartilhar de seu posicionamento, na medida em que esse leitor já compartilha das informações que contradizem as falas de Marina.

Novamente o autor insiste na incoerência entre os fatos e o discurso ideológico do partido político, retomado avaliativamente pelo sintagma *purismo pretendido por Marina e sua nova legenda*. Nesse caso, o núcleo lexical carrega carga semântica avaliativa, com a atribuição da ideia de exacerbado escrúpulo nas escolhas e ações de Marina, panorama derrubado ao longo do texto.

Procurando realizar concessões entre possíveis pontos de vista sobre o assunto – uma das estratégias recorrentes em artigos de opinião, segundo Uber (2010) – o autor faz uma ressalva, utilizando uma rotulação avaliadora do comportamento duvidoso associado a Marina: *essa inconsistência* verificada não a levaria necessariamente a uma derrota nas eleições de 2014, como poderia antever o leitor. Tal situação é indicada como *uma entre muitas fragilidades*, mas as outras fragilidades possíveis não são trabalhadas no artigo.

No fim do artigo, ainda se apontam algumas condições que Marina teria de preencher para *ter sucesso em 2014*, predicado que diz respeito à vitória nas eleições presidenciais. Por outro lado, o texto finaliza rotulando os fatos narrados como *o cenário atual* que comprometeria o *sucesso em 2014* da ex-senadora. Ao arrematar suas conclusões e cogitar uma possível vitória de Marina, o autor considera esse resultado como *uma missão difícil*, observação que conclui as observações sobre as poucas possibilidades de vitória de Marina.

Novamente, quanto ao funcionamento das rotulações no texto, observa-se a tendência de haver ocorrências mais significativas para sua estruturação nas retomadas finais, que o encaminham à conclusão.

Verifica-se, ainda, que, apesar de esse texto não se apoiar, inicialmente, em uma sequência narrativa que emoldure os fatos a serem criticados pelo autor, há segmentos narrativos ao longo do artigo. Estes têm função de retomar fatos anteriores que tratam de ações de Marina, com o objetivo de evidenciar ainda mais as incoerências que o autor pretende mostrar na candidata e avaliar.

5.1.3. Texto 3

Coincidência ou teto?

Lula, em 2002 e 2006, e Dilma, em 2010, tiveram no primeiro turno o mesmo índice de votação: em torno de 43% dos votos totais, contando nulos e brancos. O que variou foi o percentual dos adversários tucanos. Serra teve 21% em 2002 e 30% em 2010. Alckmin atingiu 37% em 2006, no rastro do mensalão.

A lembrança, que assanhou oposicionistas na semana passada, foi lançada pelo "ex-blog" do ex-prefeito, ex-governador e bom analista de pesquisas Cesar Maia, do DEM, junto com uma provocação: "Coincidentemente, nas três eleições de Lula, Lula e Dilma obtiveram no primeiro turno 43% dos votos totais. Coincidência? Ou teto para 2014?".

Se for teto, isso sugere que o resultado deverá, ou poderá, se repetir no ano que vem. Há, porém, dois fatores a serem considerados, até porque, em política e em eleições, tudo pode, menos certezas de véspera.

Um dos fatores é que Lula foi "o cara" em 2002, 2006 e 2010, como candidato ou como carregador de Dilma. Na próxima eleição, ele continuará protagonista, mas já não estará sozinho. Aos 43% que ele teve e que carregou para sua candidata, acrescente-se o que a própria Dilma amealhou por méritos próprios ou mesmo pela força do cargo. Em 2014, poderá haver uma soma: Lula mais Dilma.

O outro fator é a economia. Nas festas de 33 anos do PT, 10 no Planalto, os aplausos vão para o governo Lula, como se ninguém se lembrasse do governo Dilma ou não quisesse azedar o bolo com o "pibinho" de menos de 1% de 2012, a inflação dando as caras, o fiasco da Petrobras, a maquiagem de dados... Não é o que se projeta, mas, em tese, pode haver uma diminuição: Lula menos Dilma.

E os demaís candidatos são determinantes. Nas contas de Maia, Heloísa Helena só teve 6% dos votos totais em 2006, mas os evangélicos fizeram a diferença nas outras eleições. Garotinho chegou a 16% em 2002, e Marina, a 18% em 2010. Lula e Dilma venceram no final. Mas tiveram de enfrentar a pedreira do segundo turno.

(Eliane Cantanhêde, Coincidência ou teto?, Folha de São Paulo, 05/03/2013)

O título do artigo, *Coincidência ou teto?*, não oferece indicações que possam ativar campos semânticos que antecipem conteúdos. Apenas no desenvolvimento do texto é possível observar a relação do título com os fatos narrados e a perspectiva do autor.

O artigo inicia-se com uma introdução predominantemente narrativa que relata alguns resultados de eleições passadas. No primeiro parágrafo são introduzidos dois objetos de discurso envolvidos no texto, Lula e Dilma. Essa introdução é realizada por nome próprio, uma informação identificatória que faz o leitor reconhecer esses participantes e ativar seus conhecimentos prévios sobre eles. Inicialmente são expostos os resultados referentes a esses dois políticos em três eleições, comparados aos resultados de outros, introduzidos como *adversários tucanos*. A partir do núcleo do sintagma nominal - *adversários* - já é possível levantar hipóteses sobre quem estes seriam, e o qualificador “tucanos,” provavelmente conhecido pelo público leitor como referente aos membros do partido PSDB, atua descritivamente para restringir ainda mais esse grupo. Em seguida são introduzidos por nome próprio os políticos *Serra* e *Alckmin*, que identificam exatamente quem são os citados *tucanos*.

O dado acentuado nesse parágrafo é a coincidência de índices de votação de Lula e de Dilma no primeiro turno das eleições de que cada um participou. Essa informação e especulações em torno dela são o principal tema discutido no artigo, e, assim, Lula e Dilma são os objetos de discurso centrais retomados e, por conseguinte, mantidos em foco.

No segundo parágrafo, ainda de tipo narrativo, essa compilação e comparação de dados é retomada por rotulação, com uso do sintagma *lembrança*, um encapsulamento retrospectivo. Entretanto, o mesmo sintagma é também responsável por introduzir e encapsular uma recente publicação com informações relativas a eleições passadas, rotuladas como *lembrança*, e compostas de questionamentos sobre a coincidência entre os resultados das eleições e a possibilidade de eles se repetirem. Esses questionamentos são rotulados como *provocação*.

O sujeito que teria feito tal publicação é introduzido inicialmente como *ex-prefeito, ex-governador e bom analista de pesquisas*, e em seguida é retomado nominalmente como *Cesar Maia*, junto com uma informação que

colabora mais para sua descrição: *do DEM*. A introdução desse objeto de discurso por nome próprio, se seguida pelos demais termos correferenciais, mais descritivos e, no contexto, até avaliativos, não teria o mesmo efeito na construção da imagem de Cesar Maia no texto.

Como já se afirmou, os principais envolvidos nos fatos narrados e analisados são Lula e Dilma, e, na introdução e na retomada desses políticos como objetos de discurso, a referência nominal é suficiente, tendo em vista a visibilidade e a influência dessas pessoas. A diferente estratégia de introdução de Cesar Maia é verificável pela quantidade e pelo tipo de termos descritivos para referência a ele. Como esses termos são introduzidos antes mesmo de qualquer referência identificadora (nome próprio), compreende-se que o autor não vê esse objeto de discurso como conhecido do leitor. Antes mesmo dessa introdução, a autora afirma que os comentários de César Maia foram publicados em seu *ex-blog*, termo usado possivelmente para combinar a inexistência de cargo do citado político a uma plataforma de comunicação.

É a partir dessas informações extraídas dos comentários publicados por César Maia que se desenvolve a argumentação da autora quanto aos possíveis resultados das eleições seguintes. Negando *certezas de véspera*, a articulista anuncia que, para que se reflita sobre os dados, é necessário serem levados em conta *dois fatores*, um sintagma nominal neutro que anuncia e organiza os argumentos a serem desenvolvidos em seguida, rotulando-os prospectivamente.

Há dois parágrafos consecutivos introduzidos por termos organizadores, o sintagma nominal *um dos fatores* e o sintagma nominal *o outro fator*. No primeiro, a autora ressalta pontos positivos que podem colaborar para um bom resultado do PT no primeiro turno das próximas eleições: por suas três vitórias, Lula é categorizado como *o cara*, expressão que, no caso, também é identificatória, visto que é uma expressão elogiosa popularmente atribuída ao ex-presidente do Brasil pelo presidente dos Estados Unidos, Barack Obama. Entretanto, são especificados dois sintagmas nominais distintos que dizem respeito à sua atuação: *candidato* e *carregador de Dilma*, expressões categorizadoras, e a última com visível carga negativa. Em relação às próximas eleições, por sua vez, a autora sugere que ele também será *protagonista*, mas

não *sozinho*. Tal escolha antecipa a participação de Dilma, desta vez categorizada como *sua candidata*.

A autora levanta a hipótese de os méritos de Lula e os de sua candidata serem considerados conjuntamente e resultarem na vitória de Dilma. Esse conjunto é rotulado como *soma*, e estabelece com o sintagma nominal seguinte, *Lula mais Dilma*, uma relação de correferenciação. Observa-se, no texto, a tendência de se atribuir maior valoração positiva a Lula, já que a pré-candidata Dilma é introduzida sempre em paralelo com Lula.

Por outro lado, o resultado do que pode acontecer, se forem lembrados os aspectos negativos do desempenho político de Dilma pelo público eleitor, é rotulado como *diminuição*, termo correferenciado por *Lula menos Dilma*. Em outras palavras, a imagem de Lula seria desqualificada pelas ações de sua candidata, o que levaria o partido à derrota.

No parágrafo referente aos fatores negativos que podem ser considerados pelos eleitores, fatos rotulados prospectivamente sob o rótulo *economia* são apresentados como possível influência negativa nos resultados de Dilma. Os fatores dizem respeito ao desempenho econômico do governo: o *'pibinho' de menos de 1% de 2012, a inflação dando as caras, o fiasco da Petrobras, a maquiagem de dados...*

A articulista considera, também, a influência dos chamados *demais candidatos* para os resultados da corrida presidencial. Estes são especificados nominalmente como *Heloísa Helena, Garotinho e Marina*; além desses, também são incluídos os chamados *evangélicos*, vistos como um grupo com resultados positivos.

No encaminhamento para a conclusão, a dupla *Lula e Dilma* é retomada nominalmente, sem valorização de algum deles. Como conclui a autora, apesar de terem vencido diversas eleições, Lula e Dilma tiveram de passar pela *pedreira do segundo turno*. Ou seja, ponderados os fatores favoráveis e desfavoráveis referentes às ações desses sujeitos, e considerando-se também influências externas, não é possível indicar com maior precisão o desfecho das eleições que virão.

Observa-se que, neste texto, em comparação aos demais, há rotulações nominais retomando objetos de discurso que atuam como sujeitos das ações, com termos avaliativamente negativos e positivos, além do uso de sintagmas

nominais rotuladores na retomada de ações e situações. No caso da retomada de sujeitos, percebe-se a maior importância atribuída a um deles, em detrimento do outro, visto que o nome de Lula sempre é colocado com maior destaque, apesar de Dilma ser a presidente do país à época do texto. Há também o uso de rotulações que organizam os argumentos do texto referentes às ações e situações mostradas nas passagens narrativas.

5.1.4. Texto 4

Areia demais

Depois que a própria direção reconheceu o desastre de 2012 e previu que resultados ainda piores podem vir em 2013, é preciso entender que a Petrobrás não está dando conta das tarefas de que foi investida.

É areia demais para seu caminhão. Não consegue cumprir todas as metas impostas pelo governo. Não se mostra capaz de, ao mesmo tempo, aumentar a produção, ajudar no combate à inflação, fazer caixa para o enorme programa de investimentos, servir de alavanca para a indústria nacional de fornecimentos e, ainda, contribuir decisivamente para as contas públicas de Estados e municípios, com polpidos pagamentos de royalties.

Essa múltipla trombada entre objetivos de política econômica é recorrente no governo Dilma - que também quer derrubar os juros a níveis recordes, puxar o câmbio para dar competitividade à indústria, emplacar um "pibão grandão" a cada ano, manter a inflação mais ou menos controlada, investir centenas de bilhões de dólares por ano sem ter poupança para isso e continuar gastando à vontade para fazer uma política anticíclica e, além disso, tentar ostentar um mínimo de austeridade fiscal.

O resultado é a progressiva desarrumação da economia, provavelmente nas mesmas proporções em que estão sendo desarrumadas as finanças da Petrobrás. Pelo menos a presidente, Graça Foster, é mais sincera sobre estragos na área dela do que tem sido o ministro da Fazenda, Guido Mantega, sobre os estragos na área dele.

A política de congelamento de preços dos derivados de petróleo é da mesma qualidade que a política de congelamento de preços e salários imposta pela presidente da Argentina, Cristina Kirchner. Mas não é só por isso que ela é condenável. É, também, por sabotar a capacidade de investimentos da Petrobrás. Ou o governo Dilma revê o Plano de Negócios da Petrobrás ou revoga esse regime de preços dos combustíveis.

Há seis anos não é realizada nova licitação de áreas para exploração de petróleo. O governo Dilma finalmente concordou em fazer mais duas: uma na área do pós-sal (acima da camada de sal), agendada para maio, e outra, no pré-sal, prevista para novembro.

O novo marco regulatório exige que, nas licitações do pré-sal, onde o regime de concessão será de partilha, a Petrobrás será obrigada a entrar em todos os projetos com participação de, ao menos, 30% em cada um. Entre as áreas a serem licitadas está o Campo de Franco, comprovadamente uma jazida gigantesca de óleo e gás. Significa que o prêmio a ser pago pelos vencedores da licitação dessa área pode chegar a dezenas de bilhões de dólares. Ou a Petrobrás será obrigada a concorrer com novos e enormes desembolsos ou a licitação será novamente adiada - até que a capacidade de investimentos da Petrobrás seja recomposta. Outra hipótese será a revogação da exigência dos 30%.

Não só os governos Dilma e Lula devem ser responsabilizados pelo desmanche da Petrobrás. Seus funcionários, sempre grandes parceiros no processo de engrandecimento da empresa, hoje se omitem. Mobilizam-se para greves com o objetivo de elevar sua participação nos lucros da empresa. Mas não se mostram empenhados em que a Petrobrás se restabeleça e volte a apresentar bons resultados.

(Celso Ming, *Areia demais*, O Estado de São Paulo, 07/02/2013).

Neste texto, de autoria do ex-ministro da Economia Celso Ming, publicado no jornal *O Estado de São Paulo*, o assunto principal é a incapacidade estrutural da empresa Petrobrás e do próprio governo atual de manter os índices econômicos sob controle, bem como as consequências dessa condição.

O próprio título, *Areia demais*, é uma expressão de carga negativa, visto que se trata de uma construção, cristalizada na língua, que aponta para algo desmedido, de proporções incoerentes com a realidade ou com o que seria esperado em determinada conjuntura. Entretanto, apenas por meio do título ainda não é possível identificar a que se refere a avaliação.

O texto não se inicia com uma porção narrativa, mas com um comentário sobre os maus resultados econômicos observados e previstos por alguém que no texto é referido como *a própria direção*. No entanto, a oração seguinte, com o sujeito *a Petrobrás*, revela a que empresa os resultados e a direção dizem respeito. A carga avaliativa referente à empresa Petrobrás está no predicado dessa oração, e não em um sintagma nominal rotulador, como foi visto em textos anteriores do mesmo gênero. Essa avaliação se baseia, primordialmente, em uma forma negativa de construção, pois o autor afirma que a instituição *não está dando conta das tarefas de que foi investida*. Tal parágrafo introduz o assunto, emoldura o cenário dos fatos que serão narrados

e dos argumentos que se desenvolverão no decorrer do texto. Por outro lado, pela opção por esse tipo de construção, pode-se afirmar que o autor espera de seu leitor certo conhecimento sobre o tema.

O parágrafo seguinte é introduzido com comentário que, por meio de uma expressão metafórica, retoma avaliativamente a porção anterior do texto, inclusive com a repetição da expressão utilizada no título: *é areia demais para seu caminhão*. Novamente se observa que a carga avaliativa não se encontra no sintagma nominal, na escolha do núcleo nominal ou de seus qualificadores: somente tomando-se a oração como um todo se constrói a referência aos objetos de discurso *Petrobrás* e *tarefas*.

A partir dessa reformulação que destaca a inabilidade da empresa, inicia-se um trecho em que são introduzidos diversos objetos de discurso que têm a função de listar e exemplificar as ações que, na opinião do autor, cabem à empresa *Petrobrás*. O nome da empresa é retomado por elipse em cada oração da sequência, em construções que garantem a identificabilidade, mas que não categorizam e não avaliam o objeto envolvido. Novamente o autor insiste em desenvolver a crítica negativa à empresa nas predicções, inclusive com uso de expressões pertencentes a um campo semântico ligado à magnitude de atributos e resultados esperados, tanto nas escolhas de núcleo do sintagma verbal como nas escolhas de seus complementos, estratégia que o articulista vai reutilizar mais adiante para demonstrar a amplitude dos problemas existentes.

Essa sequência será retomada avaliativamente no início do parágrafo seguinte, rotulada como *essa múltipla trombada*, notadamente com carga negativa tanto em seu núcleo lexical como no adjunto que indica a multiplicidade dos erros. Entretanto, usando a estratégia de rotulação, o autor não apenas retoma porções anteriores dos textos como também produz novas predicções a partir dela. No caso, ele também associará a *múltipla trombada* ao *governo Dilma*, novo objeto de discurso inserido. Esse objeto é sujeito de uma sequência de predicções de carga avaliativa negativa, explorando-se o mesmo campo semântico ligado à diversidade de altas expectativas a que a empresa teria de corresponder. Assim, o autor estabelece comparação entre a inabilidade gestora da direção da empresa *Petrobrás* e a da presidente do país, inserida por anáfora associativa pelo sintagma nominal *governo Dilma*.

Em uma nova retomada, desta vez por encapsulamento, o parágrafo imediatamente anterior é inserido como o *resultado*, sintagma nominal sem carga avaliativa, que retoma o sintagma nominal *a progressiva desarrumação da economia*. O conteúdo a que se faz referência diz respeito aos problemas associados ao governo Dilma, listados no parágrafo imediatamente anterior. Nesse parágrafo, a falta de conhecimento da presidente sobre a área econômica, fragilidade sugerida pelo autor, é associada a problemas semelhantes enfrentados pela Petrobrás, empresa retomada nominalmente.

No mesmo parágrafo, a empresa Petrobrás é retomada, em anáfora associativa, pelo nome próprio *Graça Foster*, novo objeto de discurso, acompanhado do aposto explicativo *a presidente* (com elipse do adjunto adnominal “da Petrobrás”). O autor retoma e rotula os problemas novamente, desta vez nomeados como *estragos*, e utiliza o mesmo termo avaliativo para referir-se a inconsistências semelhantes associadas a *Guido Mantega*, referido também por nome próprio e, por sua vez, acompanhado pelo aposto *ministro da Fazenda*. Constrói-se também uma anáfora associativa, com a imagem e a atuação do ministro da Fazenda retomando o referente *Dilma Rousseff*, a própria presidente do país.

Em uma sequência predominantemente avaliativa, um novo objeto de discurso é inserido, *a política de congelamento de preços dos derivados do petróleo*. Na sequência, essa política é comparada com medidas semelhantes associadas à *presidente da Argentina*, inserida pelo nome de sua função e também por nome próprio. As semelhanças que culminam nessa comparação levam o articulista a rotular essa medida política como *condenável*. O rótulo novamente resume e avalia as afirmações anteriores, e também atua como termo que dará origem a novas predicções, que trazem termos avaliativos inclusive no sintagma verbal, como em **sabotar**⁴ *a capacidade de investimentos da Petrobrás*. Mais uma vez, o objeto de discurso *Dilma* é retomado, por anáfora associativa, pelo sintagma nominal *governo Dilma*. A presidente é inserida nos fatos como diretamente responsável pelo fracasso da empresa. Por conseguinte, na opinião do autor ela também deve

⁴ Grifo deste autor.

responsabilizar-se por empreender ações efetivas em relação a todos os problemas que ele aponta.

Em uma sequência narrativa subsequente, o objeto de discurso *governo Dilma* é retomado de forma elíptica, em uma construção na voz passiva analítica, *Há seis anos não é realizada nova licitação de áreas para exploração de petróleo*. Observa-se que, na segunda oração do período, as ações correspondem ao mesmo sujeito, desta vez explicitado.

As regras para novos investimentos feitos pela Petrobrás, uma vez inseridas, são rotuladas como *novo marco regulatório*. O autor desenvolve hipóteses sobre o sucesso e o fracasso dos investimentos para melhorias na empresa, sempre a retomando por nome próprio.

Ao final do texto, após já ter associado, em porções anteriores, a responsabilidade pelo chamado *desmanche* da empresa Petrobrás à presidente Dilma, o autor constrói uma anáfora associativa que não apenas retoma nominalmente o *governo Dilma*, como também estende a referência ao governo Lula, inserido como objeto de discurso, neste ponto do texto, pela primeira vez. A responsabilidade pela empresa é estendida aos *funcionários da empresa*, com opção pela não menção do nome da Petrobrás.

Pode-se apontar que o texto apresenta em sua rede referencial, como no caso das referências à Petrobrás e ao governo federal, predomínio do uso de sintagma nominal com nome próprio na inserção de objetos de discurso, utilizando-se da mesma estratégia nas retomadas. Nestas, no entanto, observa-se a opção por elipse. Ou seja, nesses casos o autor opta por priorizar no texto a identificação dos objetos de discurso, bem como explorar a carga avaliativa construída na predicação, inclusive com a escolha de verbos semanticamente negativos ou com o próprio uso de orações na forma negativa explicitando ações que não foram realizadas. No que concerne às retomadas de porções maiores do texto, o autor faz uso de encapsulamentos, principalmente em posição de início de parágrafo, além de rotulações com carga avaliativa negativa.

Observa-se que, na estrutura composicional do texto, os acontecimentos são inseridos em meio às sequências narrativas com mais ênfase no embasamento da crítica negativa do que no estabelecimento de uma sequência temporal de ações, visto que estas aparecem muitas vezes como

listagens. Para estruturar sua opinião no artigo, o autor acaba utilizando-se mais de longas sequências e de dados numéricos do que de estratégias referenciais de rotulação. Essas estratégias, por sua vez, são utilizadas principalmente para retomada de ações e de resultados de ações, pois os sujeitos envolvidos nessas ações são retomados prioritariamente por uma simples identificação: por nome próprio ou por anáfora associativa, que traz o nome da empresa onde trabalham ou de algum grupo de que fazem parte. Apesar dessas escolhas, também é possível verificar o efetivo uso de rotulações como estratégia referencial que contribui no estabelecimento da carga argumentativa do texto.

5.1.5. Texto 5

A inflação e seus estragos

Se a presidente Dilma concordar com a maneira como, no tempo dele, o presidente Lula entendia os efeitos políticos da inflação, terá de fazer muito mais do que tem feito para combatê-la.

Lula aprendeu, por ocasião do Plano Real, que inflação sob controle e em baixa é o melhor cabo eleitoral para um administrador público. E que o contrário é igualmente verdadeiro. A inflação em alta, que come salários e a confiança, é um dos maiores sabotadores eleitorais que pode enfrentar.

Como os analistas já previam, a inflação em 12 meses medida pelo IPCA saltou em janeiro, para 6,15% - já mais próxima do teto da meta, de 6,5%. O 0,86% de janeiro é o nível mensal mais alto desde abril de 2005.

Inflação é febre. E febre é sintoma de infecção. Esse resultado só não foi pior porque o governo injetou antitérmicos pela economia. Há anos represa os preços dos combustíveis; negociou com prefeitos de grandes cidades e governadores para segurar tarifas de condução; interveio no câmbio para baixar as cotações do dólar e, assim, os preços dos importados; derrubou o custo da energia; e estuda a isenção total dos impostos sobre a cesta básica.

Mas não fez o que de mais eficaz poderia ter feito. Deixou que as despesas públicas saltassem e impediu que o Banco Central voltasse a puxar pelos juros. Ao longo de 2012, o governo fez um diagnóstico equivocado, de que o maior problema da economia fosse consumo insuficiente. E fez de tudo para inflar a demanda. Gastou mais do que deveria, empurrou o crédito para além da capacidade de endividamento do consumidor, concedeu isenção ou redução de impostos para bens de consumo e, na marra, derrubou os juros.

Sem autorização para voltar a apertar a política monetária, o Banco Central se limitou a dizer que o diagnóstico está errado: o problema não é falta

de consumo, mas de oferta. E pulou fora: a solução não está na alçada do Banco Central.

As autoridades não são sinceras como, sem outra saída, foi a presidente da Petrobrás, Graça Foster. Dias mais difíceis virão, avisou. O ministro da Fazenda, Guido Mantega, e o presidente do Banco Central, Alexandre Tombini, empenham-se em dourar a pílula. Debitam a inflação a choques externos (alta das commodities) ou a causas climáticas e, sempre que podem, avisam que, mais um tempo, o jogo terá virado. É o que o Banco Central tem dito: a convergência para a meta de 4,5% ao ano acontecerá "de forma não linear".

Um dos dados mais preocupantes que se repetem nos relatórios do IBGE mostra forte difusão da alta de preços. Quer dizer, a inflação está bem espalhada. Em janeiro, alcançou 75,1% dos itens da cesta do custo de vida. Este é o maior avanço do índice de difusão desde maio de 2003.

Essa inflação traz mais dois estragos: (1) deteriora a poupança, já que as aplicações rendem em torno de 0,5% ao mês e o patrimônio aplicado se desvaloriza em 0,86%; e (2) derruba o câmbio real. A desvalorização cambial, que beirou 20% para dar competitividade à indústria, é corroída à proporção de 6% ao ano. Ontem, o mercado financeiro reagiu à inflação mais alta com puxada nos juros e baixa do dólar. O Banco Central ficou só olhando.

Por ora, o povão parece feliz. Não se deu conta da erosão que a inflação causa no seu orçamento. Uma hora, cai a ficha.

(Celso Ming, *A inflação e seus estragos*, O Estado de São Paulo, 08/02/2013).

Celso Ming insere no título de seu texto o objeto de discurso que será o principal alvo de predicções, *a inflação* e, além disso, dá a ele um estatuto negativo, associando-o por pronome possessivo a *estragos*.

O parágrafo introdutório do artigo tem cunho predominantemente avaliativo, sugerindo uma antiga e contínua crise inflacionária que o objeto de discurso *presidente Lula* não foi capaz de combater, assim como o objeto de discurso *presidente Dilma*, que também tem tido a mesma dificuldade, na opinião do articulista.

No parágrafo seguinte, o autor desenvolve uma sequência narrativa, voltando-se para o passado para confirmar os argumentos previamente invocados, retomando Lula como sujeito das ações. Nesse trecho, o autor associa o objeto de discurso *inflação sob controle e em baixa* à ideia valorativa de *melhor cabo eleitoral*, expressão que retoma o ex-presidente, *Lula*. Por outro lado, o autor introduz a inflação em alta como o *contrário*, para depois defini-la nominalmente. O mesmo objeto de discurso é retomado também, negativamente, como *um dos maiores sabotadores eleitorais*.

Em seguida, o autor volta a narrar os acontecimentos atuais no cenário econômico nacional, ou seja, volta ao assunto principal do texto, inserindo dados de pesquisas para sustentar os argumentos já desenvolvidos e os que se seguirão no decorrer do artigo.

A oração que inicia o parágrafo seguinte mostra-se, pela escolha do predicado nominal da construção, como uma das mais significativas quanto à expressão do ponto de vista do autor sobre o tema tratado: *Inflação é febre*. A partir dessa oração, o autor retoma o objeto de discurso com o uso do substantivo *febre*, para então associá-lo ao sintagma *sintoma de infecção*, semanticamente compatível com a linha argumentativa escolhida pelo autor. Entretanto, se for considerado apenas o termo *infecção*, percebe-se que ele rotula toda a situação negativa que se configurava, segundo o texto, na questão da economia nacional da época, assim como a rotulação seguinte, *esse resultado*, retoma a porção do texto em que foram expostos dados de pesquisas sobre o problema tratado. Retomado, assim, de forma neutra, *esse resultado*, ele será avaliado em seguida, na predicação verbal *só não foi pior*. O *governo* é o sintagma nominal de retomada, e, a partir daí, são apontadas diversas ações desse objeto de discurso, as quais o autor procura organizar, com elipse do sujeito, para justificar a afirmação anterior.

No parágrafo seguinte, o governo, ao qual haviam sido associadas ações de resgate da estabilidade econômica, é retomado de forma elíptica para agora ser associado à inabilidade, quanto à mesma questão. O próprio governo é retomado na inserção de objetos de discurso a ele relacionados, como o *Banco Central* e *as autoridades*. Ao mesmo objeto de discurso *governo* é atribuída a culpa de ter dado um *diagnóstico equivocado*, sintagma nominal que rotula as medidas econômicas tomadas pelo objeto de discurso *Banco Central*. O sintagma *diagnóstico* será reiterado mais adiante quando o autor afirma o reconhecimento do Banco quanto ao erro.

Após expor mais dados de pesquisas recentes para embasar suas críticas, o autor, no encaminhamento do texto para a conclusão, retoma o assunto principal, assim como retoma o termo avaliativo visto no título - *estragos* - para em seguida enumerar tais estragos. Observa-se, novamente, a presença de carga avaliativa negativa nas escolhas dos núcleos dos sintagmas verbais, como em *deteriora a poupança*, *derruba o câmbio real* e [*a*

*desvalorização cambial] é corroída⁵. Também se mantém nas predicções a carga depreciativa em *ficou só olhando*, a respeito da atuação do Banco Central, e em *não se deu conta*, quanto ao posicionamento da população em geral, inserida como *povão*. A esse objeto de discurso o autor atribui a incapacidade de perceber e analisar os problemas econômicos que interferem no país e suas consequências, rotuladas como *erosão*.*

Observou-se no texto em questão, assim como no anterior, o uso de expressões avaliativas ora nas predicções ora nas escolhas lexicais de componentes do sintagma nominal. Apontou-se, na análise do texto anterior, que em determinados trechos são esperados certos conhecimentos do leitor sobre a situação econômica do país. Usam-se alguns termos mais específicos da área, com alusão a acontecimentos anteriores que influenciariam ações atuais. Neste texto, se observam mais termos técnicos e dados de índices do que ocorre no geral. Pode-se sugerir que a especificidade de temas e termos da área de atuação é uma característica que denota as diferenças entre os artigos de opinião publicados por jornalistas ou por analistas de área específica.

No caso de Celso Ming, que é da área de economia, ele conta com dois fatores que contribuem para lhe atribuir maior confiabilidade e, assim, maior poder de persuasão a seu texto: os seus próprios conhecimentos da área, que dão maior veracidade às análises, e o uso de dados numéricos oficiais, que trazem informações objetivas e comprováveis por outros meios.

Apesar de os fatos já irem compondo o desenvolvimento de sua argumentação, o autor também se utiliza da estratégia referencial de rotulação como operador referencial e argumentativo.

⁵ Grifo deste autor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Levando-se em conta a amostra de textos analisados é possível tentar tecer algumas considerações e comparações entre eles, inicialmente quanto à macroestrutura. Cabe indicar, já de início, que se tem plena consciência de que, na busca de verificação das propostas deste estudo – uma dissertação de mestrado –, examinaram-se apenas algumas amostras de textos, e, dessa maneira, não se pode ter como geral o conjunto de conclusões que podem ser tiradas e que se passa a apontar. De todo modo, acredita-se que este trabalho, que é um ensaio de verificação do papel das rotulações na construção argumentativa em textos de opinião, pode fornecer algumas conclusões em resposta aos objetivos fixados.

Como se discutiu no decorrer do trabalho, de acordo com Uber (2010), o artigo de opinião geralmente se inicia com uma contextualização do assunto a ser tratado (introdução), seguida de uma sequência que já explicita a posição do autor sobre aquela questão, com uso de argumentos que deem embasamento à sua opinião. Ainda segundo a autora, no decorrer do texto o articulista pode ainda antecipar possíveis opiniões contrárias à sua, apresentando argumentos que as refutem (desenvolvimento) para, em seguida, retomar seu posicionamento e possivelmente negociar os possíveis pontos de vista sobre aquele assunto, para finalizar o artigo enfatizando e defendendo sua posição novamente.

Nessa linha de exame, os artigos analisados mostram diferenças. Uma organização com introdução inicial dos fatos a serem narrados e avaliados, seguida da avaliação propriamente dita, é verificada nos textos 1 e 3. Em ambos os casos, a rotulação é responsável por retomar o conjunto de fatos narrados no segmento narrativo inicial e também é recorrente na transição entre segmentos narrativos e argumentativos em todos os textos. Entretanto, nos demais textos não há uma sequência narrativa inicial que indique ao leitor conhecimentos a serem ativados, e, inclusive, rotulações ocorrem desde o início do texto, mesmo no título. Nesses casos, os sintagmas rotuladores podem sugerir ao leitor a ativação de algum campo semântico, mas apenas no

desenvolvimento do texto é possível identificar o objeto de discurso a que se faz referência.

Percebe-se em todos os textos da amostra a tendência dos autores de desenvolver sua crítica articulando fatos, e avaliações sobre fatos, com insistência nas incoerências entre falas e ações dos sujeitos envolvidos ou em ações indevidas destes. Nos textos 1 e 2 há claramente duas linhas sendo desenvolvidas: uma que mostra o posicionamento e as ideias associadas aos sujeitos envolvidos, e outra que revela suas ações, e nessas há a presença de sintagmas rotuladores justamente no julgamento das incoerências que o autor pretende apontar.

No texto 3, a autora desenvolve linhas distintas de argumentação, e em cada uma ela mesma levanta possibilidades distintas a partir de fatos e dados inicialmente apresentados. Nos textos 4 e 5 há ênfase no descompasso entre as ações que se esperaria de determinadas entidades e dos responsáveis por elas, e as atitudes efetivamente tomadas, tratadas como incoerentes e ineficazes pelo autor.

Nos textos analisados verificam-se também algumas características estruturais apontadas por Uber (2010) como comuns na constituição dos textos deste gênero. Observa-se que as porções narrativas e argumentativas são recorrentes nos textos selecionados, mas dentro de sua estrutura interna não há necessariamente uma ordem fixa de apresentação. Na verdade, o articulista lança mão das estratégias de acordo com o tema, muitas vezes narrando novos fatos mesmo após sequências argumentativas e também sugerindo argumentos em diferentes porções do texto.

Observa-se o amplo uso da estratégia de rotulação em qualquer parte dos textos analisados, com maior ocorrência de rótulos retrospectivos, principalmente em construções em que a rotulação aparece em início de parágrafo. Essa observação se explica pela maior capacidade de atuar na organização textual do rótulo retrospectivo em relação ao prospectivo, pois além de empacotar avaliativamente um segmento de texto, aquele tipo de rótulo o mantém em foco como um novo referente textual para que, sobre ele, sejam desenvolvidas novas predicções e argumentos. Os rótulos prospectivos revelam-se também importantes na ativação de campos semânticos e de hipóteses a serem confirmadas pelo leitor, como no caso dos títulos.

Em todos os casos de rotulação em posição retrospectiva, cabe ao leitor interpretar e reconhecer quais ações, situações ou sujeitos estão sendo retomados e avaliados por meio daquele termo. Ou seja, tem de entrar em jogo a capacidade interpretativa do leitor, com seus conhecimentos prévios, que se somam à capacidade do autor de fazer escolhas lexicais que demonstrem seu posicionamento sobre aquilo de que trata, mas que também possibilitem ao leitor reconstruir os referentes constituintes da rede referencial que articula o texto.

Observa-se que em todos os textos da amostra a crítica conta com a opção do autor por títulos que já possuam carga avaliativa negativa, atuando como rotuladores que resumem todo o conteúdo analisado no artigo e que revelam o posicionamento que o autor adota no desenvolvimento do texto. Além disso, o próprio título, assim como as rotulações operadas ao longo do artigo, pode ativar no leitor a projeção de determinados campos semânticos e conhecimentos partilhados, o que pode contribuir para a reconstrução dos referentes.

Todos os textos da amostra desenvolvem avaliações negativas em relação a situações e fatos narrados, com uso de rotulações na articulação entre os fatos e as críticas a eles. Sabe-se que o sintagma pode ser constituído com determinados elementos especificadores e qualificadores do núcleo substantivo, que pode ser considerado o elemento central da rotulação. Entretanto, observa-se, nos textos, que a carga avaliativa das rotulações encontradas ora recai no núcleo lexical, ou seja, no substantivo, ora em um elemento qualificador, sem ocorrência muito maior de um tipo ou de outro. Por outro lado, as escolhas lexicais dos qualificadores têm bastante importância nas retomadas de forma geral e em expressões avaliativas.

Observa-se também que se retomam e avaliam situações e fatos por rotulações com núcleos representados por substantivo abstrato. Por outro lado, os sujeitos envolvidos são retomados por nome próprio, ou por expressão correferencial com elementos descritivos nos casos em que as pessoas poderiam não ser tão conhecidas do público como aquelas retomadas por nome próprio. Nas retomadas de situações e fatos por rotulação, por sua vez, todas as ocorrências têm o núcleo representado por substantivo abstrato.

Como apontado na metodologia, examinaram-se artigos de autores considerados essencialmente jornalistas e outros de autores ligados a áreas específicas. Considerando-se especificamente os textos selecionados escritos por especialista, nota-se que neles são desenvolvidos argumentos em que há maior expectativa de conhecimento do leitor de termos mais específicos da área de política econômica. Nesses artigos também não se verifica o uso da estratégia de emoldurar o cenário inicial dos acontecimentos, característica que não implica que os textos argumentativos não apresentem segmentos narrativos ou descritivos. O que há, no caso dos textos de autor especialista de uma área, é maior uso de informações bem específicas em segmentos narrativos ao longo do texto, as quais contribuem para fortalecer a crítica do autor. No caso, a estratégia faz ver que o autor é uma fonte confiável de informações, e por isso suas observações devem ser fortemente consideradas, e, obviamente, a construção dessa imagem no texto contribui para que haja maior adesão dos leitores.

Ainda levando-se em conta essa diferença de autoria, observa-se que, nos textos publicados pelo economista, usa-se a rotulação como estratégia de organização dos argumentos, principalmente na articulação entre segmentos predominantemente narrativos encontrados ao longo do texto e segmentos argumentativos. As rotulações, como se esperava, são utilizadas como articuladores avaliativos, mas é também ampla a ocorrência de carga avaliativa nas predicções, estratégia que não é tão aproveitada nos textos dos profissionais do jornalismo. Apesar de, neste estudo, dar-se ênfase à rotulação como participante e estruturadora da carga argumentativa do texto, observa-se que a estratégia de atribuir carga avaliativa aos próprios fatos narrados, por meio de determinadas escolhas lexicais nas predicções, também entra na construção da crítica geral desenvolvida no texto. Obviamente, há consonância na direção avaliativa presente nos sintagmas nominais e nas predicções.

Pode-se afirmar que, a partir de tais observações, nos textos analisados, por sua natureza opinativa, o autor revela parte de seu mundo interno com o objetivo de interferir no mundo interno de seu leitor, na relação que com ele estabelece no texto, inclusive ao fazer determinadas escolhas lexicais nas rotulações. Assim, é forte a ativação da função interpessoal nesses textos, dada a interação que ocorre, em cada um deles, entre autor e leitor. Neles, o

autor não apenas expõe seus pensamentos buscando causar interferência dos de seu leitor, mas também se estabelecem os papéis sociais de ambos.

Verifica-se que, efetivamente, o uso de retomadas de sujeitos, processos e fatos por rotulações (sintagmas nominais com propriedade identificadora, referencial e, frequentemente, avaliativa) é uma estratégia que permite que o autor mantenha o tema em foco, ativando e reavaliando certos conhecimentos e direcionando com eficiência a linha argumentativa que ele defende em seu texto opinativo. Ao conduzir o leitor a uma interpretação, na reconstrução que faz do referente, o autor relaciona-se com esse leitor procurando sua adesão, e assume posição de conhecedor do assunto tratado, ao mesmo tempo que abre ao leitor as reflexões que faz e, assim, encaminha e estimula a reflexão desse que lê.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMOSSY, R. Da noção retórica de ethos à análise do discurso. In: AMOSSY, R.; CRUZ JUNIOR, D. F.; KOMESU, F.; POSSENTI, S. (Orgs.) *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. São Paulo: Contexto, 2008.

ARMAÑANZAS, E.; NOCI, J. D. *Periodismo y argumentación: géneros de opinión*. Zarautz: Universidad del País Vasco, 1996.

AZEREDO, J. C. de. *Gramática Houaiss da Língua Portuguesa*. 2. ed. São Paulo: Publifolha, 2008.

BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BECHARA, E. *Moderna Gramática Portuguesa*. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006.

BRÄKLING, K. L. Trabalhando com artigo de opinião: re-visitando o eu no exercício da (re)significação da palavra do outro. In: ROJO, R. H. R. (Org.). *A prática de linguagem em sala de aula: praticando os PCN's*. São Paulo: Educ, 2006, p. 221-247.

CAMACHO, R. G.; et al. *Gramática do português culto falado no Brasil*. Campinas: UNICAMP, 2008. v. I, p. 21-80.

CASTILHO, A. T. *Nova Gramática do Português Brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2010.

CAVALCANTI, J. R. Considerações sobre o ethos do sujeito jornalista. In: MOTTA, A. R.; SALGADO, L. (Orgs.). *Ethos discursivo*. São Paulo: Contexto, 2008, p. 174-184.

CHAFE, W. L. Inferring identifiability and accessibility. In: RETHM, T.; GUNDEI, J. K. (eds.) *Reference and referent accessibility*. Amsterdam: John Benjamins, 1996, p. 37-46.

CONTE, M. E. Encapsulamento anafórico. In: CAVALCANTE, M. M.; RODRIGUES, B. B.; CIULLA, A. (Orgs.). *Referenciação*. São Paulo: Contexto, 2003, p. 177-190.

CORTEZ, S. L. *Estudo e construção do ponto de vista em textos de mídia escrita*. Comunicação Midiática, v. 6, n. 2, p. 90-109, mai-ago. 2011. Disponível em:

<<http://www.mundodigital.unesp.br/revista/index.php/comunicacaomidiatica/article/viewFile/92/63>>. Acesso em: 8 fev. 2014.

DIK, S. C. *The theory of functional grammar*. 2. ed. Berlin/New York: Mouton de Gruyter, 1997.

ELIAS, V. M. Referenciação e organização argumentativa em artigos de opinião. In: GUIMARÃES, E. (Org.). *Textualidade e discursividade na linguística e na literatura*. São Paulo: Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2010.

FRANCIS, G. Rotulação do discurso: um aspecto da coesão lexical de grupos nominais. In: CAVALCANTE, M. M. et. al. *Referenciação*. São Paulo: Contexto, 2003. (Coleção Clássicos da Linguística, v. 1)

GOMES, P. G. Artigo. In: UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. *Gêneros jornalísticos na Folha de São Paulo*. São Paulo: FTD, 1992.

HALLIDAY, M. A. K. *An introduction to functional grammar*. 2. Ed. London/New York: Arnold, 1994.

_____; MATTHIESSEN, M.I.M.C. *Halliday's introduction to functional grammar*. 4. ed. London: Routledge, 2014.

KOCH, I. V. *Desvendando os segredos do texto*. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. Referenciação e orientação argumentativa. In: KOCH, I. V.; MORATO, E. M; BENTES, A. C. (Orgs.) *Referenciação e discurso*. São Paulo: Contexto, 2005, p. 33-52.

_____; ELIAS, V. M. *Ler e escrever: estratégias de produção textual*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

MAINGUENEAU, D. *Análise de textos de comunicação*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. Ethos, cenografia, incorporação. In: AMOSSY, R.; CRUZ JUNIOR, D. F.; KOMESU, F.; POSSENTI, S. (Orgs.) *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. São Paulo: Contexto, 2008.

MARCUSCHI, L. A. O processo de referenciação na produção discursiva. In: HORA, D.; CHRISTIANO, E. (orgs.). *Estudos linguísticos: realidade brasileira*. João Pessoa: Ideia, 1999, p. 219-230.

MELO, J. M. de. *Jornalismo opinativo: gêneros opinativos no jornalismo brasileiro*. 3. ed. rev. ampl. Campos do Jordão: Mantiqueira, 2003.

MENEZES, V. C. *Da referência à referenciação*. Cadernos do CNLF, vol. XII, nº12. Rio de Janeiro, CiFEFiL, 2009.

MONDADA, L. A referência como trabalho interativo: a construção da visibilidade do detalhe anatômico durante uma operação cirúrgica. In: KOCH, I. V.; MORATO, E. M; BENTES, A. C. (Orgs.) *Referenciação e discurso*. São Paulo: Contexto, 2005, p. 11-31.

NEVES, M. H. M. *A Gramática Funcional*. 1. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

_____. *Gramática de usos do português*. 2. ed. atualizada. São Paulo: UNESP, 2011.

_____. *Texto e gramática*. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2007.

OHUSCHI, M. C. G. ; BARBOSA, F. S. *O gênero artigo de opinião: da teoria à prática em sala de aula*. Acta Scientiarum. Maringá, v. 33, n. 2, p. 303-314, 2011. Disponível em: <<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciLangCult/article/view/13383/13383>>. Acesso em: 8 fev. 2014.

PERINI, M. A. *Gramática do Português Brasileiro*. São Paulo: Parábola, 2010.

RONCARATI, C. *As cadeias do texto: construindo sentidos*. São Paulo: Parábola, 2010.

SCADELAI, E. Ethos e comentário de fala na notícia impressa. In: MOTTA, A. R.; SALGADO, L. (Orgs.) *Ethos discursivo*. São Paulo: Contexto, 2008, p. 185-194.

UBER, T. J. B. *Artigo de opinião: estudos sobre um gênero discursivo*. Disponível em: <http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/producoes_pde/artigo_terezinha_jesus_bauer_uber.pdf>. Acesso em: 8 fev. 2014.

CÓRPUS DE ANÁLISE

Texto 1

RODRIGUES, F. Indignação postiça. *Folha de São Paulo*. São Paulo, 02 fev. 2013, Colunas. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/colunas/fernandorodrigues/1224665-indignacao-postica.shtml>>. Acesso em 02 fev. 2013.

Texto 2

RODRIGUES, F. A pureza pela metade. *Folha de São Paulo*. São Paulo, 16 fev. 2013. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/colunas/fernandorodrigues/2013/02/1231443-a-pureza-pela-metade.shtml>>. Acesso em 02 fev. 2013.

Texto 3

CANTANHEDE, E. Coincidência ou teto? *Folha de São Paulo*. São Paulo, 05 mar. 2013. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/colunas/elianecantanhede/1239810-coincidencia-ou-teto.shtml>>. Acesso em 05 mar. 2013.

Texto 4

MING, C. Areia demais. *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 07 fev. 2013. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,areia-demais-,994022,0.htm>>. Acesso em 11 fev. 2013.

Texto 5

MING, C. A inflação e seus estragos. *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 08 fev. 2013. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,a-inflacao-e-seus-estragos-,994457,0.htm>>. Acesso em 11 fev. 2013.